

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**BIANCA CARVALHO MATTOSO FLAMARION VARGAS**

**QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL:** Desafios e perspectivas para a formação profissional

Juiz de Fora  
2025

**Bianca Carvalho Mattoso Flamaron Vargas**

**QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL:** Desafios e perspectivas para a formação profissional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de Assistente Social.

Orientadora: Mestra Jéssica Ribeiro Duboc

Juiz de Fora  
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da  
Biblioteca Universitária da UFJF,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carvalho Mattoso Flamarion Vargas, Bianca .  
QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL : Desafios e  
perspectivas para a formação profissional / Bianca Carvalho Mattoso  
Flamarion Vargas. -- 2025.  
66 p.

Orientadora: Jéssica Ribeiro Duboc  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade  
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. RACISMO ENQUANTO DETERMINAÇÃO ESTRUTURANTE  
DO CAPITALISMO. 2. FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E O  
DEBATE ÉTNICO-RACIAL. I. Ribeiro Duboc, Jéssica , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Bianca Carvalho Mattoso Flamarion Vargas
Matrícula Discente	202068001
Título do TCC	Questão Racial e Serviço Social: Desafios e perspectivas para a formação profissional
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Ma. Jéssica Ribeiro Duboc
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	18/03/2025
Nome, titulação d s(as) componentes banca	Dra. Elizete Maria Menegat Ma. Nicole Cristina Oliveira Silva

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).  
Juiz de Fora, 18 de março de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por Jéssica Ribeiro Duboc,  
Professor(a), em 19/03/2025, às 17:17, conforme horário oficial  
de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº  
[10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do  
SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de  
Documentos, informando o código verificador 2288060 e o  
código CRC 62A13E73.



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: ( X ) presencial ( ) virtual ( ) híbrido

Ata da sessão (X) pública ( ) privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado \_Questão Racial e Serviço Social: Desafios e perspectivas para a formação profissional, para fins de obtenção do grau de Bacharel em SERVIÇO SOCIAL, pelo(a) discente Bianca Carvalho Mattoso Flamarión Vargas (matrícula 202068001), sob orientação da Prof.(º) Ma. Jéssica Ribeiro Duboc, na Faculdade de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 18 dias do mês de março do ano de 2025, às 14 horas, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Ma.	Jéssica Ribeiro Duboc	Orientadora
Dra.	Elizete Maria Menegat	Membro da Banca
Ma.	Nicole Cristina Oliveira Silva	Membro da Banca

\*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

### AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

( x ) APROVADO

( ) REPROVADO, conforme parecer circunstaciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 95

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o

# Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

## INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 18 de março de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por Jéssica Ribeiro Duboc, Professor(a), em 19/03/2025, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Elizete Maria Menegat, Professor(a), em 19/03/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Nicole Cristina Oliveira Silva, Usuário Externo, em 20/03/2025, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Bianca Carvalho Mattoso Flamaron Vargas, Usuário Externo, em 20/03/2025, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 2288059 e o código CRC 12343CD5.

Dedico este trabalho aos meus pais, que enfrentaram o sol e a chuva para que eu pudesse estudar na sombra. Essa conquista é fruto do nosso esforço.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão aos meus pais, Marly e Flamarion, por tornarem possível a realização da formação acadêmica na universidade que sempre sonhei. Sou imensamente grata pelo apoio incondicional, pelo carinho e pelo amor com os quais sempre fui cercada.

Aos meus irmãos, Diego, Felippe, Marianna, Pedro e Pablo, agradeço por cada incentivo, por todas as palavras de encorajamento e pelo suporte ao longo dessa jornada. Aos meus sobrinhos, Tomás, Noah, Davi e Maria Júlia, que iluminam minha caminhada com sua pureza e alegria, meu carinho e gratidão. Aos meus avós, que se fazem sempre presentes e são símbolos de afeto e acolhimento, meu reconhecimento eterno.

Ao meu companheiro, Thiago, que esteve ao meu lado em cada etapa desse percurso, oferecendo apoio inestimável, paciência e uma escuta sempre atenta aos meus questionamentos e desafios acadêmicos, minha gratidão.

Sou grata à Faculdade de Serviço Social da UFJF, aos professores e funcionários, que desempenham um papel essencial na construção de uma formação ética, política e acadêmica sólida. Um agradecimento especial aos professores Victor, Gustavo e Alexandra, cuja qualificação e dedicação foram fundamentais para o meu aprendizado. Agradeço também a minha supervisora de estágio, Adriane, meu reconhecimento por sua contribuição imensurável à minha trajetória acadêmica e profissional.

Aos amigos da Intecoop/UFJF, agradeço por tornarem essa caminhada mais leve e intensa. O convívio na incubadora foi uma experiência única, repleta de trocas de conhecimento, reflexões, mobilizações e momentos que marcaram profundamente minha formação.

Por fim, um agradecimento especial às minhas orientadoras, Jéssica Ribeiro Duboc e Elizete Maria Menegat. Sua paciência, suporte, dedicação e disponibilidade foram fundamentais para a construção deste trabalho. As trocas de conhecimento e diálogos enriquecedores tornaram possível a entrega deste projeto. Muito obrigada!

## **RESUMO**

Ao considerar o racismo enquanto elemento fundante do capitalismo e indissociáveis no processo de manutenção do capital, o presente trabalho irá analisar a importância de inserir estudos desses fatores na formação acadêmica em Serviço Social para a melhor compreensão do processo de totalidade da realidade social da população negra e indígena. A pesquisa é feita com base na formação sócio-histórica do Brasil e sua relação com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e sua hegemonia, para que seja possível compreender como o racismo é originado no país e insere-se no processo de enraizamento e naturalização a partir do mito da democracia racial. Com base na análise curricular do curso de Serviço Social em duas Universidades públicas filiadas a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), será pesquisada a relação existente entre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a presença do debate étnico-racial nas ementas curriculares do curso. Esse processo será organizado de modo a entender as particularidades da população negra e indígena, e como se dá a compreensão da formação acadêmica em Serviço Social para o atendimento dessa população.

**Palavras-Chave:** Racismo. Relações étnico-raciais. Capitalismo. Formação acadêmica. Realidade social.

## **ABSTRACT**

When considering racism as a foundational element of capitalism and inseparable from the process of maintaining capital, this paper will analyze the importance of incorporating studies of these factors into the academic training in social work to better understand the process of the totality of the social reality of Black and Indigenous populations. The research is based on the socio-historical formation of Brasil and its relationship with the development of the capitalist mode of production and its hegemony, in order to understand how racism originated in the country and became embedded in the process of rooting and naturalization through the myth of racial democracy. Based on the curricular analysis of the Social Work program in two public universities affiliated with the Brazilian Association for Education and Research in Social Work (ABEPSS), the study will investigate the relationship between the ABEPSS Curriculum Guidelines and the presence of ethnic-racial debates in the course syllabi. This process will be organized to understand the particularities of black and indigenous populations, and how the academic training in Social Work is understood in relation to serving this population.

**Key-Words:** Racism. Ethnic-racial relations. Capitalism. Academic training. Social reality.

## LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Grade do curso de graduação diurno e noturno da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.....	61
Quadro 2 - Ementa Curricular da disciplina “Classes e Movimentos Sociais I”.....	41
Quadro 3 - Ementa Curricular da disciplina “Classes e Movimentos Sociais II” .....	42
Quadro 4 - Ementa Curricular da disciplina “Classes e Movimentos Sociais III”.....	43
Quadro 5 - Ementa Curricular da disciplina “Formação Sócio-histórica do Brasil Contemporâneo”.....	44
Quadro 6 - Ementa Curricular da disciplina “Questão Social e Desigualdades Sócio Territoriais”.....	45
Quadro 7 - Ementa Curricular da disciplina “Território e Questão Urbana”.....	46
Quadro 8 - Ementa Curricular da disciplina “Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade”.....	47
Quadro 9 - Ementa Curricular da disciplina “Pensamento Social III”.....	49
Quadro 10 - Ementa Curricular da disciplina “Formação Sócio-Histórica do Brasil e Questão Social”.....	52
Quadro 11 - Ementa Curricular da disciplina “Classes, Conflitos e Movimentos Sociais”..	53
Quadro 12 - Ementa Curricular da disciplina “Classes, Gênero, Etnia e Geração”.....	55
Quadro 13 - Ementa Curricular da disciplina “Família e Sociedade”.....	56
Quadro 14 - Ementa Curricular da disciplina “Pensamento Social Brasileiro”.....	56
Quadro 15 - Fluxograma do Curso de Graduação em Serviço Social: Faculdade de Serviço Social/UERJ.....	62

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 RACISMO ENQUANTO DETERMINAÇÃO ESTRUTURANTE DO CAPITALISMO.....</b>	<b>12</b>
1.1. Racismo, Colonialismo e Capitalismo na Formação Social Brasileira.....	16
<b>2 FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE ÉTNICO-RACIAL.....</b>	<b>29</b>
2.1. Análise das ementas curriculares, diretrizes curriculares, e bibliografia com articulação ao estudo das relações étnico-raciais na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.....	38
2.2 Análise das ementas curriculares, objetivos e diretrizes curriculares com articulação ao estudo das relações étnico-raciais na Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.....	51
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>4 ANEXOS.....</b>	<b>61</b>
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a intervenção do Serviço Social tem como objeto as expressões da “questão social”, entendidas como as formas de manifestação das contradições do modo de produção capitalista é necessário que se compreenda as particularidades da formação do capitalismo brasileiro. Para isso, o presente estudo tem como objetivo analisar as relações étnico-raciais no capitalismo brasileiro e sua incorporação na formação profissional em Serviço Social.

A escolha pelo tema se dá através do processo de formação acadêmica na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, nela foram geradas inquietações que não se sanaram ao longo do curso. Com o estudo dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social foi possível analisar que a história da profissão ainda impacta a formação, principalmente em relação à insuficiência do debate étnico-racial. Esse contexto também está articulado ao mito da democracia racial, fundamentado pelo racismo enquanto forma de dissipar a lacuna do debate sobre as relações étnico-raciais na Universidade.

Percebe-se que a formação atravessa a realidade social, mas que não está ajustada a ela no sentido de sua totalidade, visto que, o público usuário do Serviço Social, que é em grande parte a população negra, ainda não é fruto dos maiores estudos no decorrer da formação acadêmica. Esses fatores levam o destaque da escolha pelo tema, mas não tornam nulos os movimentos ocorridos ao longo do curso em relação a este debate. Há disciplinas ofertadas na graduação que iniciam a discussão sobre a questão racial, e ainda sobre o racismo.

Durante o percurso de formação acadêmica foram apresentados dois minicursos dentre os anos de 2021 a 2024, com limite de vagas, que trabalharam este tema como forma de incentivo ao estudo sobre o racismo. O primeiro ocorreu em 16 de maio de 2023, organizado pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora em comemoração à semana do Assistente Social, com os palestrantes Gustavo Gonçalves Fagundes e Nicole Cristina Oliveira Silva. O segundo foi o evento da ABEPSS itinerante, que ocorreu em 26 de junho de 2024, organizado pela ABEPSS da Regional Leste de Minas Gerais, Juiz de Fora, o tema debatido foi “As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos”, com as facilitadoras Nicole Cristina Oliveira Silva e Luciana de Gonçalves de Paula.

Nesse interregno, chamamos atenção para o imprescindível protagonismo das entidades da categoria, visto que elas tem cumprido um papel decisivo nos últimos anos para o avanço do debate étnico-racial, sobremaneira, após a campanha do último triênio

(2017-2020) do conjunto CFESS-CRESS “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” e a continuidade dessa pauta na agenda política das novas gestões do conjunto; das imprescindíveis contribuições da ABEPSS no biênio 2017-2018, a saber: a produção dos “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” e do documento sobre “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate”, e também a continuidade da pauta antirracista na gestão 2019-2020 se expressando, notadamente, em posicionamentos políticos extremamente importantes de denúncia ao racismo estrutural e ainda na organização de debates memoráveis sobre as relações étnico-raciais, através do “Projeto ABEPSS ao Vivo”. O último Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ocorrido em 2024, trabalhou a partir da temática “Relações de classe e raça-etnia no Brasil: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social”, o que demonstra o avanço da categoria em trazer o debate étnico-racial para a formação acadêmica e desenvolver o crescimento de autores que estudam essa temática.

Para o decorrer da presente pesquisa, será preciso desenvolver sobre as relações étnico-raciais como elemento estruturante da formação social brasileira. No percurso da formação acadêmica e profissional em Serviço Social, a “questão social” é considerada um dos principais temas de reflexão. Ao se ter, no Brasil, uma população vítima das mazelas sociais com cor e classe social, torna-se notório que a “questão social” possui um público em comum, sendo necessário encontrar nas relações étnico-raciais o seu fundamento.

Infere-se, portanto, que serão analisados neste trabalho o crescimento de pesquisas e estudos da temática, nos quais esse trabalho procura se referenciar. Autores(as) que abordam temas que percorrem a formação do Serviço Social associados a urgência do debate étnico-racial, bem como a importância do uso de leituras, debates e seminários voltados a esses estudos no decorrer do curso e sua relação com a apreensão crítica da totalidade para o fazer profissional no Serviço Social. É preciso que os estudos sobre os fundamentos da “questão social” e capitalismo estejam articulados com as relações étnico-raciais, pois são indissociáveis.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram selecionados dois objetivos específicos, que correspondem aos capítulos desta pesquisa, sendo o primeiro voltado à relação existente entre o capitalismo e o racismo, que irá explorar a formação social e histórica brasileira e a unidade estrutural e indissociável entre classe e raça. Ao se fazer uma análise da realidade social brasileira, é possível perceber como a presença do racismo nas estruturas da sociedade são parte determinante do desenvolvimento do capital. O racismo estrutural é um elemento fundante do modo de produção capitalista que estabelece as condições necessárias para

permitir que a classe subalterna seja lucrativa, fragmentada e desigual para o capital (Mbembe, 2018). O segundo capítulo é onde se expressa a importância da compreensão dos elementos pautados anteriormente para que a formação acadêmica em Serviço Social permita o avanço da categoria no combate ao racismo e colabore no entendimento destes elementos como parte da realidade dos usuários negros, pardos e indígenas.

Para o decorrer desses capítulos, em nossa pesquisa, partimos da perspectiva teórico-metodológica do materialismo dialético que busca compreender a realidade concreta como a "síntese de múltiplas determinações" (Marx, 2011, p.77), para tanto desenvolveremos uma pesquisa bibliográfica e documental. Serão analisadas as ementas curriculares da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A fim de ampliar a compreensão da organização dos projetos pedagógicos e da ampliação do debate racial no currículo, nesse sentido, foram selecionadas duas Universidades públicas filiadas à ABEPSS, no intuito de comparar a direção que tem sido tomada e o avanço dessas questões.

## 1. RACISMO ENQUANTO DETERMINAÇÃO ESTRUTURANTE DO CAPITALISMO

O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais — sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros —, é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza (Krenak, 2019, p. 41).

Considerando o interesse em analisar a relação entre o racismo e o modo de produção capitalista brasileiro, será proposto neste estudo a necessidade de trazer autores que abordam o capitalismo como elemento fundante do racismo, e o que essa ordem de dominação racial produz na sociedade, nas instituições e estruturas mantidas pelo próprio capital.

O termo conhecido hoje como raça é originado pelo capitalismo no período colonial. Ele tem como objetivo a conceituação e classificação do ser pelo seu fenótipo, neste caso, a cor. Almeida relata que o significado do termo raça sempre esteve relacionado a classificações, e que em um primeiro instante era utilizado entre plantas e animais, e em seguida, na atualidade, se tornou um meio de se referir aos sujeitos (Almeida, 2019).

Quijano traz em análise que a ideia de raça no que tange a atualidade, é colocada enquanto categoria de referência a diferenças fenotípicas entre os seres. Originadas por meio dos colonizadores essa ideia articula um processo de formação de novas identidades sociais, como índios, negros e mestiços, o que indica um cenário de descaracterização do sujeito pela sua etnia e cultura, e o padroniza conforme sua característica física. Essa categorização racial vinculada à identidade social causa impacto na sociedade brasileira. É um elemento que auxilia na separação dos seres pela sua raça, e colabora para que o tratamento pessoal se diferencie, isso se dá pela fundamentação do racismo brasileiro (Quijano, 2005).

Sua análise também associa como termos voltados à caracterização territorial do continente de origem, se tornam uma categoria racial, como europeu, asiático, e americano. Essa relação passa a ser articulada ao grau de dominação que o espaço territorial indicado possui, assim, as identidades carregam o papel social, racial e hierárquico que a correspondem. Com a constituição da estrutura de racialização da população, se formam relações sociais fundadas na classificação racial. Nela, as populações não-europeias são vistas como inferiores e sujeitas a dominação (Quijano, 2005).

Segundo Menezes (2010), a ideologia e as práticas vinculadas ao fenômeno do racismo e da discriminação racial passam por mudanças no decorrer da história do país. Ainda assim, a “pobreza”, a “fome”, o analfabetismo, o assassinato e o desemprego que atingem

majoritariamente a população negra, se tornaram elementos atemporais. Percebe-se que a população negra que é vítima do racismo e da discriminação racial, está nessa situação desde o momento do seu tráfico por europeus. O que indica que, apesar das relações étnico-raciais possuírem na sociedade brasileira hodierna um desenvolvimento mais amplo sobre o debate, essa população ainda é atingida pela estrutura racista do Estado capitalista, que utiliza esse movimento desde sua origem.

Compreender o cenário sócio-histórico vivenciado é fundamental para a análise da realidade social, ele é o indicador do que está ocorrendo naquele momento. Isso auxilia na percepção dos aspectos sócio-políticos e territoriais, assim, é possível traçar estudos que elaboram linhas de tempo e as mudanças ocorridas nela. No caso do racismo, há as determinações históricas e os fenômenos que irão fomentar o preconceito e a discriminação racial.

A etnia de determinados povos passa a sofrer pelo apagamento que essa estrutura fomenta. No Brasil temos mais de 200 povos originários, com línguas, religiões, costumes e culturas diversas, sendo eles colocados em um mesmo eixo racial, denominados como indígenas. Esse cenário é fundamental para o entendimento do que é a classificação racial e como ela reduz a identidade dos povos a um fator fenotípico.

Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros (Quijano, 2005, p.127).

Essa relação abordada por Quijano, é essencial para que seja feita uma análise acerca do racismo no Brasil, em que não se reconhecem os povos originários com suas diferenças culturais, linguísticas e sociais. E passam a ser categorizados como indígenas por um sistema racista de dominação. Esse fator condiciona que a questão étnica dos povos sofra apagamento.

Com a expansão da ideia de raça, se torna mais fácil que a dominação ocorra por meio dessa categoria. A expansão do domínio europeu nas relações sociais e a conjuntura estabelecida de poder fundamentada pelo branco, elaboram uma ideia de superioridade relacionada à cor. Esse cenário é essencial para a composição do povo colonizado e do colonizador (Quijano, 2005).

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (Quijano, 2005, p.118).

Entende-se que a formação da ideia de poder constituída na modernidade está interligada à identidade do branco europeu. Nessa esfera, tudo que existe passa a ser comparativo ao ideal branco, e as formas de vida que não seguem este ideal se tornam subordinadas a ele. Este modelo de identidade do branco europeu é originado como requisito para a existência de normas, culturas, e religiões dominantes.

O surgimento do escravismo nos territórios da América Latina está interligado ao movimento de expansão do capitalismo como sistema de produção de mercadorias e meio de acumulação de riquezas da classe dominante. Quijano aponta que a relação social que estabelece a força de trabalho enquanto produto, determinado como capital, é iniciada por volta dos séculos XI-XII. Neste período o capital se institui como elemento único voltado à mercantilização, ou seja, indica que o capital se inicia sem relação “com todas as demais formas de organização e controle da força de trabalho e do trabalho” (Quijano, 2005, p.126).

Em conjunto a esse fator, Quijano analisa que a constituição da América se inicia com a acumulação primitiva do capital, que permite a presença de um sistema capitalista voltado a produção de mercadorias para o mercado mundial utilizando a mão de obra escravizada. Ou seja, o capitalismo passa a agir no espaço territorial da América com a expansão da força de trabalho escravizada dos negros traficados e da servidão dos povos indígenas (Quijano, 2005).

Neste momento há a passagem da consolidação do capitalismo como sistema e do seu desenvolvimento para responder às necessidades do mercado mundial. Com a exploração e invasão europeia na América, o capitalismo se constitui enquanto eixo pelo qual a força de trabalho escravizada irá produzir com a finalidade de ampliar o mercado produtor mundial. É a partir desse processo, que o capitalismo se transforma em um modo de produção dominante, isto é, o capitalismo se origina como sistema de produção que viabiliza o controle da força de trabalho e do trabalho (Quijano, 2005).

Só com a América pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial, tornando-se precisamente o eixo em torno do qual todas as demais

formas foram articuladas para os fins do mercado mundial. Somente desse modo o capital transformou-se no modo de produção dominante. Assim, o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América. A partir desse momento, o capital sempre existiu e continua existindo hoje em dia só como o eixo central do capitalismo, não de maneira separada, muito menos isolada. Nunca foi predominante de outro modo, em escala mundial e global, e com toda probabilidade não teria podido desenvolver-se de outro modo (Quijano, 2005, p.126).

Quijano argumenta que na América o capital se torna necessário para a continuidade da dominação. Isto é, o capitalismo existe como principal eixo de articulação das formas exploratórias, cria-se um único padrão de poder que permite e viabiliza o controle e a exploração do trabalho, “configurando assim um único padrão de poder, histórico-estruturalmente heterogêneo, com relações descontínuas e conflitivas entre seus componentes” (Quijano, 2005, p.137). Essa estrutura do capitalismo tem como base a funcionalidade do racismo, para que a exploração da força de trabalho seja de cunho racial.

Essa análise elaborada por Quijano está relacionada às considerações de Gonzalez, dado que a autora analisa que o processo de acumulação primitiva permite a estruturação do capitalismo com base no trabalhador livre e no capital. O que torna a América fundamental para a expansão do mercado mundial, assim, a identidade geocultural moderna e mundial da Europa é constituída em consequência da América, o que indica a relação de dependência da Europa com a América para o desenvolvimento do mercado mundial (Gonzalez, 2020; Quijano, 2005).

Entende-se, portanto, que o capital existia antes da invasão à América, enquanto forma de mercantilização, e após a invasão há a transformação do capital em um modo de produção dominante. Esse processo origina o sistema capitalista com foco inicial no uso da força de trabalho escravizada, que possui como eixo central o capital e o controle da força de trabalho. Por meio desse sistema, torna-se notório que o capitalismo e o capital existem de maneira interligada, possuindo uma relação de dependência para existirem (Quijano, 2005).

Dessa forma, o Brasil, país latino-americano, está localizado no interior do processo de expansão do capitalismo, no sentido de que países subdesenvolvidos são utilizados como meio de expansão econômica, territorial e de poder daqueles que são considerados desenvolvidos. A forma de reprodução do subdesenvolvimento de países de capitalismo periféricos é o controle exercido sobre eles pelos países centrais.

No período em que o Brasil passava por um colonialismo escravista, os países centrais estavam em desenvolvimento da manufatura. Esse fator é essencial para que o desenvolvimento econômico de países periféricos seja desigual e insiram-se na economia mundial de forma subordinada. Segundo Fernandes, o capitalismo brasileiro passa a necessitar do capital, da tecnologia e da indústria de países centrais, o que limita e dificulta o desenvolvimento autônomo de países de capitalismo dependente (Fernandes, 1981).

Segundo Gonzalez, o desenvolvimento da economia brasileira se dá de forma desigual e combinada, “em que a formação de uma massa marginal, de um lado, assim como a dependência neocolonial e a permanência de formas produtivas anteriores, de outro, constituem-se como fatores que tipificam o sistema” (Gonzalez, 2020, p.86). Essa dependência colonial é parte do processo de formação social que o Brasil está inserido, sendo ele essencial para o desenvolvimento de uma economia dependente.

Por Fernandes, é analisado que o capitalismo dependente surge enquanto sistema econômico a partir da crise do período escravista. Um dos elementos que determinam o subdesenvolvimento do Brasil é a resistência da classe dominante a aderir ao fim do escravismo. O que leva a um movimento arcaico, racista e desigual de impulsionar o trabalho assalariado (Fernandes, 1981).

Ressalta-se que no capitalismo dependente há uma dificuldade de se estabelecer transformações estruturais, sendo elas lentas, limitadas e voltadas a aspectos arcaicos do passado que deram base ao país. Nesse sentido, torna-se notório como a base das relações étnico-raciais na formação social brasileira são um elemento que impulsiona o racismo presente no capitalismo (Fernandes, 1981).

Nesse sentido, as estruturas racistas da formação social deste sistema, que se inicia com o escravismo, estão em um processo enraizado pela classe dominante. As classes subalternas formam uma mobilização social em contraposição a essa hegemonia, entretanto, são mudanças de um percurso lento e gradual e que são atingidos pelo mito da democracia racial.

### **1.1. Racismo, Colonialismo e Capitalismo na Formação Social Brasileira**

O regime escravista é elemento central para o desenvolvimento econômico do Brasil colonial e para a economia dos países Europeus que enriqueciam conforme o aumento do tráfico de pessoas negras do continente africano. Caracteriza-se, então, um modo de produção baseado na exploração de populações negras e indígenas para o enriquecimento da população

branca europeia. Segundo Franciane Menezes, “o capitalismo inglês beneficiou-se diretamente do regime escravocrata brasileiro, pois era o destinatário de matérias-primas produzidas aqui” (Menezes, 2010, p.18).

No Brasil, a questão estrutural do racismo inicia-se com o período do escravismo. Portugal utiliza da navegação para buscar a dominação de terras e da mão de obra de pessoas negras traficadas para construir seu monopólio. A exploração do tráfico das populações do continente Africano e a violação dos povos nativos indígenas, implica no movimento de se tornarem produto, mercadoria e mão de obra para os colonizadores.

Regime que era de alta lucratividade e exploração, a forma brutal como se organizava era um fator central para a alta taxa de mortalidade de mulheres e homens negros. Constringidos nos navios, com condições mínimas e extremas de sobrevivência, presos em cordas, sem saída, sem luz e com pouca nutrição, sua exposição nos navios foram causadoras do alto índice de mortalidade. Para acompanhar esse processo, foram produzidos novos navios que serviam apenas para o comércio de pessoas traficadas. Segundo Fagundes:

A alta lucratividade do tráfico de pessoas foi combinada com a aferição de elevado prestígio social daqueles que detinham o domínio das rotas marítimas e o controle do comércio que envolvia corpos de seres humanos como mercadorias. Pela natureza central que o mercado de homens e mulheres escravizados possuía, o status que seus comandantes atingiram na sociedade colonial e as possibilidades de desenvolvimento que propiciou as metrópoles tornaram necessária a abordagem da realidade no interior daqueles navios (Fagundes, 2022, p.44).

Após chegar ao litoral, eram separados conforme a propriedade que passariam a pertencer, esse aspecto os isola de suas raízes, da cultura e do controle sobre o próprio corpo. Eram tratados de forma inimaginável, e apesar das revoltas e tentativas de fugas, trabalhavam em um alto nível de cansaço e exploração. O que indica a relação que o capitalismo é criado na América, na função de desenvolver-se através de um sistema que visa o lucro acima da vida. O trabalho deixa de ser um meio de transformação da natureza para responder às necessidades humanas, e passa a ser um meio de exploração da mão de obra negra e indígena para a realização daquilo que os senhores desejavam (Fagundes, 2022).

Assim, a economia do Brasil enquanto colônia é fundada a partir do tráfico de pessoas negras do continente africano, elemento central para este desenvolvimento, visto que, sem ele, a economia colonial não existiria. Isto se dá pela exploração da força de trabalho escravizada, regime que permite a desumanização do negro e dos indígenas nativos. Fagundes expõe em seu livro como se organiza este tráfico (Fagundes, 2022).

Portanto, a existência do tráfico de seres humanos negros foi compulsora de dois aspectos: a) acumulação de capitais das economias europeias, em especial, a Inglaterra; b) fomento da animalização e coisificação do ser humano negro já na sua captura e as derivadas formas brutais de tratamento até a chegada nas Américas, seguidas pelas condições de vida e trabalho na colônia (Fagundes, 2022, p.45).

Esses dois aspectos são fundamentais para que a sociedade se divida entre duas classes antagônicas, os escravizados e os proprietários de terras. As pessoas escravizadas estavam localizadas em um âmbito de alta produtividade, a superexploração da mão de obra era o meio de trabalho reconhecido e aceito pelo sistema escravista. É por meio desta mão de obra que se estrutura a colônia e as construções dos grandes proprietários de terras.

Essa correlação beneficia o regime do escravismo, desenvolvendo-o e ampliando, visto que a população violentada é desvinculada de todos os aspectos da sua cultura, de seus direitos e da sua liberdade. O que indica como a questão do escravismo ultrapassa a relação de humanidade e coloca o lucro acima de qualquer elemento. Articula-se, então, uma estrutura baseada na questão racial como inerente do capitalismo (Almeida, 2019).

É importante analisar que o cenário dos 350 anos de escravismo no Brasil, contou com o tráfico de milhões de pessoas do continente africano. O que torna notório que durante o período colonial grande parte da construção rural e urbana de igrejas, palácios, fazendas, estradas, ruas e casas imperiais foram feitas pela população escravizada. Nesse processo o escravismo violentou mais de 4,5 milhões de pessoas no Brasil, e eles são os principais responsáveis pela construção material e imaterial do país. Assim, pode-se dizer que a construção e a formação sócio-histórica do país se dá pela população negra e indígena (Menezes, 2010).

O período colonial valorizava a cultura europeia e restringia as culturas indígenas e africanas, como a imposição do catolicismo e da língua portuguesa, que marginalizaram as crenças e tradições locais, reforçando a ideia de que as culturas europeias eram superiores. Isso contribuiu para a construção de um Brasil fragmentado, onde as influências africanas e indígenas eram, e ainda são, frequentemente desconsideradas ou estigmatizadas.

É necessário relatar que esse modo sistemático de violência e exploração não era aceito por aqueles que estavam sendo escravizados, mas sua forma de resistência e luta não era tamanha quando comparada a forma de opressão com grandes armamentos. O massacre e a guerra se tornaram parte da realidade da nova sociedade brasileira, formada pela colonização (Menezes, 2010).

Os escravizados se constituíam em meio de produção. Eram também um investimento caro e arriscado, pois eram passíveis de fugas e morte precoce

(por exaustão, doenças, maus tratos, homicídio ou suicídio) – não dando chance aos escravagistas de recuperarem os valores investidos na sua aquisição. Por sua condição, os escravizados não tinham salários e, portanto, não consumiam. Empregar trabalhadores assalariados era mais barato (pois não teria gastos com alimentação), a mão de obra excedente poderia ser dispensada ao final da colheita, além da possibilidade de se economizar nos gastos com vigilância (Menezes, 2010, p. 19).

De acordo com Menezes, de maneira majoritária, a luta contra o processo de escravidão ocorria apenas pelos povos escravizados, como pode ser observado através da origem de quilombos e da resistência nas aldeias indígenas. Através da fuga das grandes propriedades, são trazidas novas formas coletivas de luta, em que o acolhimento e a liberdade se tornaram parte desses movimentos (Menezes, 2010).

Esse processo indica que, ao estar inserido em um regime que visa o trabalho por meio do uso da autoridade, da violência, da desnutrição e da morte, o único caminho daqueles que são vítimas desse processo é a fuga, e mesmo assim ela não é garantia de sobrevivência, visto que inúmeros foram aqueles que morreram e os que foram violentados tentando. Segundo Mbembe, a condição de escravizado implica na relação de uma tripla perda:

De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um "lar", perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é expulsão fora da humanidade). Enquanto estrutura político-jurídica, a plantation é sem dúvida um espaço em que o escravo pertence ao senhor. Não é uma comunidade porque, por definição, a comunidade implica o exercício do poder de fala e de pensamento (Mbembe, 2018, p.27).

Esta estrutura político-jurídica pode ser observada pela Constituição Brasileira de 1824, em que eram considerados cidadãos, a população negra liberta que havia nascido em terras nacionais. A sua formulação mostra que é um meio de mascarar a ideia de liberdade, de garantia de direitos e de pertencimento social. Em que se utiliza o viés constitucional para ser elaborada uma falsa garantia de cidadania, “essa ‘cidadania’ era bastante restrita visto que não poderiam ser candidatos a cargos políticos e só seriam eletores caso comprovassem possuir a renda mínima exigida” (Menezes, 2010, p.19).

Ainda nesse sentido político-jurídico, o Estado passa a criar leis que desempenham uma falsa relação de boa vizinhança. Nelas, havia a estrutura que garantia a liberdade a um custo inalcançável, há de se trazer a Lei Saraiva-Cotegipe, segundo Menezes:

Conhecida como Lei dos Sexagenários (1885), em sua “letra”, garantia a liberdade dos escravos com mais de 65 anos de idade. Ocorre que, devido ao regime desumano de trabalho, maus-tratos e castigos, poucos escravos chegavam àquela idade e, quando chegavam, já se encontravam quase que completamente esgotados. Essa lei beneficiou muito mais aos proprietários,

que poderiam se livrar dos idosos, sem ônus ou responsabilidade, não sendo mais obrigados a lhes fornecer alimento e abrigo (Menezes, 2010, p.20).

Com a primeira grande crise geral do capitalismo, ocorrida na segunda metade do século XIX, os países centrais impuseram mudanças nas suas relações com os países periféricos. Entre estas propostas de mudanças, constava a exigência do fim do uso de força de trabalho escravizado nas colônias e ex-colônias. Com isso, buscava-se expandir o trabalho assalariado e, portanto, o consumo de produtos industrializados excedentes na Europa. Pode-se perceber que há o início de uma pressão geopolítica dos países colonizadores para a abolição. As revoltas e movimentos da população escravizada foram essenciais para a transição do trabalho escravizado para o trabalho supostamente “livre”. Segundo Menezes (2010), a imigração voluntária se torna uma forma de resolução da falta de mão de obra nas propriedades, ocasionada pela ampliação da mobilização social em relação a rebeliões nas senzalas e evasão dos escravizados.

Com isso, o Brasil passa a subsidiar a vinda de imigrantes europeus, os quais passam a ocupar locais de trabalho intensificando e fortalecendo a dominação dos brancos nos postos de trabalho e nas propriedades. Período que elevava o reconhecimento da elite e permitia a marginalização do negro. É em meio a esse cenário que ocorre a abolição da escravatura, elevando o potencial do capitalismo e seguindo sua lógica de expansão. O pós abolicionismo possui um percurso que caminha com a problemática da visão da classe dominante sobre o negro. É por meio deste momento que surge no Brasil um novo elemento da conjuntura racista a que ele já estava exposto, conforme Moura aborda, há uma tentativa de “substituir a nossa população egressa da senzala por outra branca” (Moura, 1983, p.126).

Consequentemente, a população negra veio constituir a massa de trabalhadores informais e desempregados. A realidade social que emergiu com a modernização política e econômica do Brasil, exigida pelos países centrais, no final do século XIX, apresentou profundas desigualdades sociais e raciais, visíveis com a tendência de exclusão da população trabalhadora negra do mercado de trabalho formal e sua concentração em favelas nas cidades brasileiras.

Assim, cedendo às pressões internas e externas, ocorreu a abolição da escravatura (1888). Mas, é interessante observar que, apesar da existência de rebeliões e rebeldias dos negros escravizados, sua fuga para (e organização dos) quilombos e a articulação das irmandades negras, o processo de negociação para a abolição foi conduzido pelos abolicionistas que passaram para a história como “salvadores”, juntamente com “a Redentora” (Menezes, 2010, p.26).

O cenário de abertura e formulação de Leis que visavam a ideia de liberdade, aparece enquanto um novo elemento sócio-histórico que supõe a igualdade racial no Brasil. As Leis originadas pelos colonizadores, indicam uma familiaridade com o símbolo de caridade e benignidade, pois os colocam como benfeiteiros ao se ter um efeito de liberdade daqueles que estão sendo movidos pelo escravismo. Esse cenário é fundamental para que o mito da existência da democracia racial<sup>1</sup> seja instaurado no Brasil de forma lenta e gradual durante o século XX, fator que leva ao seu enraizamento e dificulta a sua queda (Moura, 1983, p.129). Através da democracia racial, o colonizador passa a ser defendido por este elemento, que centraliza os problemas da população negra como parte da sua falta de produtividade ou interesse (Moura, 1983, p.127).

Mesmo com a abolição, percebe-se que a população negra livre não possui outro local de trabalho, que não seja a propriedade onde estava inserida. Essa questão faz parte da contradição entre capital e trabalho, e da marginalização do negro na sociedade, cuja liberdade concedida não garantiu igualdade social, gerando uma estrutura inclusive de desemprego pautada pela questão racial. Analisa-se que para a expansão do capital, é fundamental que essa população esteja no chamado exército industrial de reserva, e que o desemprego seja estrutural. Através da obra de Quijano, entende-se que:

Os espanhóis e os portugueses, como raça dominante, podiam receber salários, ser comerciantes independentes, artesãos independentes ou agricultores independentes, em suma, produtores independentes de mercadorias. Não obstante, apenas os nobres podiam ocupar os médios e altos postos da administração colonial, civil ou militar (Quijano, 2005, p.118).

Segundo Menezes (2010), a Lei Áurea elabora uma relação jurídica em que os recém libertos se tornam parte do discurso de igualdade racial. Essa questão, mostra como a área jurídica no Brasil é um elemento que fundamenta a contradição, visto que não há igualdade racial, assim como a democracia racial é um mito. A autora elabora que:

A continuidade da segregação racial no Brasil pós-abolição foi ocorrendo no cotidiano, ao ser o negro impedido de acessar o trabalho e os meios de produção (particularmente a terra, que há muito deixara de ser sinônimo de status e passara a significar meio de auferir renda). Isto porque, desde 1822, a terra se tornava propriedade de quem chegasse primeiro e a ocupasse. Por exemplo: a Lei de Terras (1850) impedia que negros se tornassem donos de terras, como vinha ocorrendo com os colonizadores. A partir desta lei, só poderia ter acesso à terra quem a comprasse. Isso também colaborou para empurrar cada vez mais a população negra, no período pós-abolição, para o que hoje conhecemos como favelas (Menezes, 2010, p.27).

---

<sup>1</sup> Termo cunhado por Giberto Freyre em 1933 na obra Casa Grande e Senzala.

Ainda segundo Gonzalez a relação social entre o pós abolicionismo e o negro brasileiro passagem do trabalho de mão de obra escravista para o trabalho livre causa na sociedade um percurso racista de caracterizar o trabalhador negro como ruim e despreparado. Esse cenário torna notório como a marginalização do negro nas esferas sociais contribuem para a divisão racial do trabalho (Gonzalez, 2020).

Ainda segundo a autora, há nesse discurso uma desconsideração de que 90% da população negra “já se encontrava livre e economicamente ativa antes de 1988” (Gonzalez, 2020, p.26), mas as instituições de poder não atribuem a isso uma relação de aumento de cargos e melhoria das condições de trabalho do negro brasileiro. Indica a baixa responsabilidade estatal perante a população recém liberta.

Os aspectos culturais e políticos das relações raciais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às expensas e em presença do negro. Ou seja, “além da exploração econômica, o grupo branco dominante extrai uma mais-valia psicológica, cultural e ideológica do colonizador”. Que se pense, no caso brasileiro, nos efeitos da ideologia do branqueamento articulada com o mito da democracia racial. Cabe ressaltar como tais efeitos se concretizam nos comportamentos imediatos do negro “que se põe em seu lugar”, do “preto de alma branca”. O exemplo mais evidente do representante do grupo racialmente dominado que internalizou e reproduziu a linguagem do grupo dominante, no nosso caso, é o discurso de Oliveira Vianna. Esse “mulato, cientista social e político influente na década de 1920”<sup>14</sup> é um grande ideólogo do branqueamento da população brasileira. Defendendo a política que estimulava a imigração europeia, afirmava que, desse modo, era possível diminuir o “índice de nigrescência de nossa gente, arianizando nosso povo e caminhando para um refinamento cada vez mais apurado da raça, num processo de classificação”.<sup>15</sup> Temos aí, num nível muito mais sofisticado de articulação, a representação do papel desempenhado por feitores e capitães do mato no passado. A ideologia do branqueamento se constitui como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão mais acabada de nossa “democracia racial” (Gonzalez, 2020, p.27).

O sistema de poder baseado na divisão racial do trabalho passa a ser um elemento fundamental para a ordem do capitalismo, pois permite a exploração através de baixos salários, trabalhos análogos a escravidão, subempregos, desemprego em massa, aumento de microempreendedores e ampliação do número de pessoas no exército industrial de reserva. É nesse movimento que há a gênese da “questão social”, na perspectiva da apropriação privada do trabalho, a relação entre as necessidades do trabalhador e a exploração do trabalho a ele submetida permitem que a raça e a “questão social” estejam indissociáveis. Essas condições da força de trabalho racializada tornam possível que o capitalismo permaneça obtendo lucro (Alves, 2022).

A “questão social” é inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades

socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais. A gênese da "questão social" encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985) (Yasbek e Iamamoto, 2019, p.38).

Nesse âmbito entende-se o surgimento da divisão racial do trabalho e sua relação com a "questão social", em que trabalhadores negros estão destinados a vínculos empregatícios de baixa renda, ao empreendedorismo, ao trabalho autônomo e ao desemprego em massa. Essa categoria força a população negra a estar nas mais baixas escalas da hierarquia social e a ter pouca ou nenhuma oportunidade para alcançar níveis mais altos (Gonzalez, 2020 , p.60).

Ainda nesse segmento, o autor Alves (2022) elabora que o racismo estrutural está presente no mercado de trabalho assalariado do Brasil, ele é determinante da constituição da divisão racial do trabalho. E desenvolve a não inserção dessa população nos postos de trabalho formais e os transfere para o desemprego e desocupação.

O autor analisa que “aquele(s) que eram inseridas(os) no mercado de trabalho assalariado ocupavam postos de trabalho de subsistência, precarizados, subalternizados, com baixa ou nenhuma remuneração” (Alves, 2022, p. 216). Isso demonstra o racismo estrutural enquanto fenômeno que está interligado aos fundamentos da “Questão Social”, a partir do movimento de subalternização da população negra e indígena brasileira.

Infere-se, portanto, que o racismo é um fenômeno estrutural e estruturante da sociedade para a funcionalidade do capital. Estrutural por ser integrante da base das relações sociais, em que é permitido que se estruture uma divisão racial na sociedade brasileira, nela há locais que são definidos como pertencentes a população negra, branca e indígena. Assim, se cria a marginalização e não inserção de pessoas negras e indígenas em cargos públicos, em universidades e outros (Menezes, 2010).

O movimento de desumanização e objetificação dos povos negros e indígenas é necessário para que essa lógica de produção permaneça. É possível observar essa questão ao se ter no Brasil pós abolição a não integração da população negra nos postos de trabalho assalariados, e o uso da imigração europeia para assumir esses cargos (Menezes, 2010). O racismo e a exploração da mão de obra da população negra brasileira fazem parte da manutenção e modernização do capitalismo, pois torna a exploração do trabalho mais fácil e permitida na área político-jurídica.

Fagundes aborda a questão da superexploração da força de trabalho enquanto elemento presente no capitalismo dependente. O cenário pós-abolição articulado à adequação

das relações de produção do capitalismo integra a particularidade trabalhista brasileira de permissão da exploração da força de trabalho. Percebe-se que as instituições de poder não desejam viabilizar a população recém liberta enquanto classe trabalhadora e como seres de direitos, e ao se ter uma ocupação do negro no mercado de trabalho há uma dificuldade de reconhecimento deles enquanto trabalhadores e um desvio de se tornar cidadão (Fagundes, 2022).

Essa situação apresenta como a população negra se torna vítima da exploração do trabalho, visto que ela se encontra abaixo da precarização do trabalho. Isso se dá pela formação sócio histórica do Brasil e a persistência hodierna de fatores e elementos que compuseram o regime escravista. A forma como se estrutura a questão étnico racial brasileira, eleva a resistência de contrapor os aspectos racistas presentes na sociedade e a continuidade do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento enquanto formas de disfarçar e dar continuidade ao racismo.

Nesse sentido, esse novo formato do cenário trabalhista fundamenta a divisão racial do trabalho e permite que as mulheres e os homens negros passem por uma culpabilização de sua classe social e da dificuldade de assumir cargos com bons salários e benefícios. Além disso, demonstra-se que o aumento do desemprego se torna uma realidade daqueles que são subalternizados pelo capitalismo.

Gonzalez aponta que este capitalismo branco se fortalece com a superexploração da população negra, e se beneficia diretamente do lucro que é resultado do trabalho designado a eles. Essa relação aponta que a precarização e a superexploração do trabalho afeta em massa a população negra, cabe destacar que esse contexto é primordial para o aumento de cargos informais, do empreendedorismo e do desemprego. Sem saída a população negra se insere em modelos informais de trabalho e desprotegidos de direitos trabalhistas (Gonzalez, 2020).

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classe e no sistema de estratificação social (Gonzalez, 2020, p.170).

Conforme Gonzalez aborda, o racismo é adotado por uma conjuntura que articula e estrutura um sistema de hierarquia racial. Nela a população branca possui facilidade em alcançar e dar continuidade ao poder estabelecido, enquanto a população racializada enfrenta

as mazelas impostas pela desigualdade racial, social e econômica. Configura-se por meio disso, um sistema conflituoso, desigual e exploratório para a população não branca.

Ressalta-se, ainda, que a articulação política do mito da democracia racial fundamenta que as relações étnico-raciais se encontram fora da disputa pelo poder. O que facilita o desenvolvimento político, social e econômico a favor da população branca, e retira do poder a não branca. A política brasileira passa a pertencer a população que lhe convém, e assim, se torna excludente, desigual e autoritária.

Essa categoria revela o que é analisado por Moura, como uma tentativa de apagamento do que foi vivenciado nos períodos de escravismo no Brasil, “do ponto-de-vista das estruturas de poder, no entanto, o que se queria era apagar a mancha” (Moura, 1983, 126). O mito da democracia racial articulado com a ideologia do branqueamento revela a forma em que o racismo é organizado e reproduzido no Brasil. Em função dos países colonizadores, se cria uma perspectiva de que as relações étnico-raciais devem ser fundamentadas por aquilo que é adequado pela cultura e raízes brancas. O que dificulta que a mobilização social da população negra e indígena seja de fato viabilizada.

Segundo Moreira, entende-se que o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento se tornam parte da racionalidade, o que permite que os problemas vivenciados pela população negra e indígena sejam inviabilizados enquanto característica do racismo e das questões a ele vinculadas. Esses pensamentos se mobilizam como parte da superioridade branca e de seus padrões (Moreira, 2021).

O colonizador luso estabeleceu, no Brasil, um mecanismo neutralizador da consciência étnica do negro através de uma verbalização democrática. Isto levou a que grandes segmentos negros, tendo introjetado esta ideologia do colonizador, procurasse passar por brancos, ou, pelo menos, promover-se na escala cromática que o colonizador estabeleceu, tendo como modelo superior a ser alcançado o branco. Esta política fenotípica procurou e procura fazer com que os componentes de grupos específicos negros fujam das suas origens, procurando assimilar a escala de valores e padrões brancos (Moura, 1983, p.126).

A ideologia do branqueamento atua na desarticulação do negro a tudo que ele já pertenceu, como tentativa de apagamento das suas raízes. A população negra que já estava inserida durante os mais de 300 anos de escravismo em um movimento de desvio do seu pertencimento étnico, tem uma continuidade deste processo mesmo com a abolição (Moura, 1983).

As estruturas de poder permitem que o negro seja associado a elementos, estruturas e trabalhos que o branco não deseja pertencer. Assim, tudo aquilo que era considerado inferior, estaria destinado a população negra, vincula-se ao negro cargos, espaços, território e classe

social que não são de interesse dos brancos. Esse movimento, expresso na articulação entre o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento, “é um elemento desarticulador da consciência do Negro brasileiro” (Moura, 1983, p.127). Este elemento é fundamental para que o racismo, as práticas discriminatórias e o genocídio do negro no Brasil sejam permitidos e organizados nas estruturas da sociedade.

Segundo Nascimento, a democracia racial pode ser caracterizada como uma metáfora que demonstra a forma em que o racismo no Brasil ocorre. O autor aborda que ela está institucionalizada de forma intrínseca nas instituições de poder, na economia, política, cultura e na parte psicossocial da população brasileira. O controle da classe dominante sobre a população negra é inerente ao sistema capitalista e aos seus meios de reprodução (Nascimento, 2016).

A autora Gonzalez analisa em sua obra as formas como o racismo percorre a sociedade, nesse aspecto é observado como a ideologia da democracia racial e do branqueamento são reproduzidas por estruturas sociais que naturalizam o período escravista e seus impactos na sociedade. A ideologia do branqueamento está articulada a três dimensões, a privada, a consciente e a inconsciente. A reprodução consciente seria a de discursos racistas e de dialetos de caráter popular que disseminam o racismo de forma proposital. A inconsciente se dá pela forma em que se estruturam as relações étnico-raciais brasileiras, ela corresponde ao papel e lugar que estão categorizados para a população negra (Gonzalez, 2020).

A categoria “necropolítica” utilizada por Achille Mbembe, que descreve o uso do poder e da soberania como direito de matar, nos auxilia a compreender os aspectos contemporâneos do racismo. Nesse âmbito, a morte passa a ser um elemento político para a permissão das guerras e massacres. Como foi o caso do período da escravidão, que os proprietários de terras também eram proprietários das vidas dos negros e indígenas que estavam ali localizados. Assim, quando resistiam ou deixavam de produzir da forma que os proprietários impunham, eram jogados ao leito da morte, violentados ou expulsos (Mbembe, 2018, p.27).

No Brasil, pode-se dizer que essa política da morte tem suas primeiras manifestações no período colonial, sendo o meio para o massacre da terra e do povo. Nesse contexto, é possível assimilar que a necropolítica está interligada ao aspecto das relações étnico-raciais, sua estrutura é baseada no poder dos sujeitos que possuem o direito de matar, através de uma dominação absoluta, e dos sujeitos que estão em condição de propriedade, sem direitos e sem liberdade para existir (Mbembe, 2018).

Compreende-se que esses sujeitos possuem cor, sendo alvos dessa política baseada na estrutura do racismo e da servidão. Seguindo esta lógica, Foucault definiu o biopoder como o domínio dos detentores do poder sobre a vida daqueles que estão subalternos a ele. Para ele, o racismo é uma tecnologia que está dirigida a viabilizar que o biopoder seja um instrumento de seu fortalecimento, "este velho direito soberano de matar". Na sociedade que a economia é baseada no biopoder, "a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado" (Mbembe, 2018, p.18).

Mbembe relaciona o biopoder enquanto um elemento político para a continuidade e permanência de um estado de exceção. Na condição da realidade social, o autor afirma que o uso de mecanismos do biopoder podem ser vistos em todos os Estados modernos. Assim, a percepção de direitos se torna uma fonte inalcançável em sociedades que tem como base o capitalismo. Nesse sentido, a prática da dominação do capital utiliza o biopoder, a soberania e a necropolítica como fundamentais para a sua lógica, compreendendo que é necessário que o racismo exista para a vigência desta ordem de dominação (Mbembe, 2018).

Por meio disso, torna-se notório que o racismo é estruturante do modo de produção capitalista. E que o uso do chamado biopoder e da necropolítica tem suas primeiras experimentações no Brasil no período do escravismo, com a colonização. Assim, a ordem do capitalismo se torna indissociável do racismo, pois depende dele para sua permanência. O que implica em um cenário de estruturação das relações étnico-raciais como inerente à ampliação do capital.

Entende-se a partir disso que as relações étnico-raciais, possuem diferentes manifestações, sendo elas constitutivas de cada sociedade. Na contemporaneidade, através da análise de Mbembe, é possível perceber que nelas, a raça ou racismo está inserida na concepção do biopoder e da necropolítica. Utilizados como meio constitutivo do Estado de exercer sua soberania em relação a povos não brancos e de classes subalternas. O domínio da estrutura capitalista sob a vida da população negra e indígena, é uma forma de exercer a escolha daquele que será morto, desempregado ou pauperizado. Essa dominação elementa a funcionalidade do racismo, pois a questão racial se torna uma forma de exercício político, econômico e social sob a vida das pessoas negras e indígenas (Mbembe, 2018).

Ainda em relação ao racismo institucional no Brasil, é importante ressaltar que com o mito da democracia racial, a luta pelo entendimento desse fenômeno se torna ainda mais necessária, visto que através dele há o mantimento da hegemonia racial no poder. Segundo Menezes (2010):

Embora se esconda sob o transparente véu da cordialidade e da democracia racial, chegando ao ponto de recusar-se a reconhecer sua existência no cotidiano das relações sociais e institucionais, o racismo no Brasil produz e reproduz formas subalternas de cidadania para a população negra, resultando em desigualdades sociais no que refere a direitos. No caso brasileiro, inclusive por não ser totalmente explícito, escondido sob a falácia ideológica da "democracia racial", reforça discursos liberais de meritocracia e transfere para o negro a responsabilidade por não ascender socialmente, por exemplo (Menezes, 2010, p. 42).

Essa utilização da raça enquanto elemento de dominação e de responsabilização da população negra pela forma como está inserida na sociedade, é um fundamento da produção capitalista. Nesse sentido, o entendimento desse cenário é de extrema importância para que a luta de classes pela emancipação humana seja um bem comum. Para que assim, os sujeitos sociais se tornem livres das amarras do capitalismo e da exploração. Segundo Menezes 2010:

Por isso, buscamos uma compreensão da inter-relação entre o racismo na estrutura social brasileira contemporânea e a luta de classes. Assim, será possível agregar forças para lutar pela superação da ordem social vigente, em busca da emancipação humana geral. Pois, nada a não ser o livre-arbítrio, consciência social e vontade, nos impediria de construir coletivamente as bases para uma redistribuição transformativa e verdadeiramente isonômica, respaldada pela filosofia da práxis (Menezes, 2010, p. 60).

O racismo é um elemento fundamental de todas as formas de exploração econômica capitalistas, e se torna uma parte lucrativa do modo de produção. Este elemento conduz sujeitos sociais que estão dominados pelos meios de desenvolvimento do capital. Assim, tem-se a necessidade da atuação do Serviço Social, profissão que possui como um de seus princípios o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p. 23). Segundo Rocha:

O fortalecimento das lutas populares e o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais –, bem como a defesa intransigente dos direitos humanos, são princípios que revelam a importância do debate acerca da questão étnico-racial como eixo estruturante em uma sociedade de classes, que utiliza, historicamente, o critério étnico-racial como mais um mecanismo de sua manutenção (Rocha, 2014, p.27).

A partir desse contexto, torna- se necessário o entendimento e o debate sobre o racismo e como ele determina que a população negra e indígena brasileiras estejam inseridas e fundamentadas na “Questão Social”.

## 2. FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE ÉTNICO-RACIAL

A partir da análise feita sobre a lógica capitalista de dominação étnico-racial exercendo papel fundamental para sua continuidade, é necessária a articulação deste cenário com o exercício profissional em Serviço Social. É preciso compreender como a questão étnico racial perpassa o trabalho profissional do Assistente Social, e investigar como a formação acadêmica realiza o estudo da realidade da desigualdade racial e do racismo no Brasil.

A gênese do Serviço Social está articulada a três elementos fundamentais: a Igreja Católica, a sociedade burguesa e o Estado. Ela é formada por ações da Igreja Católica no enfrentamento à “questão social”, sendo vinculadas ao princípio da caridade, e em conjunto com o Estado e a burguesia elabora dinâmicas de garantir sua hegemonia (Iamamoto, 1992). Segundo Moreira (2020) esta relação insere um *ethos* na profissão, voltado ao moralismo, a filantropia e ao conservadorismo. Essa base emerge a profissão em um movimento de intervenção na realidade social seguindo princípios religiosos, colocando-se em ações de caridade seguindo concepções racistas e moralistas:

Tais posicionamentos profissionais legitimavam a estrutura de sociedade burguesa, racista, desigual, opressora, excludente e alienante, não identificando as contradições postas pelo movimento do real, transferindo para o indivíduo toda a responsabilidade, bem como criminalizando-o por sua condição social e também étnico-racial – servindo, portanto, para a manutenção da ordem do capital. Nesta perspectiva, qualquer “problema social”, antes de estar relacionado à estrutura do modo de produção operante, era visto como uma questão de cunho moral, e também a partir de princípios religiosos, em que todo indivíduo (leia-se negro/a) que fugia do padrão de “normalidade”, ou seja, do funcionamento ideal para a manutenção da ordem, era tido como desviante e necessitava ser ajustado/a (Moreira, 2020, p.91).

Compreende-se, a partir do que é retratado por Moreira (2020), que o trabalho do Serviço Social é originado com base em práticas de ações conservadoras para a população subalterna ao capitalismo. Esse processo é naturalizado pelas instituições e permite que o fundamento da “questão social” seja ancorado como um problema do ser, e não do Estado. O racismo se torna um elemento presente neste movimento, naturalizado pela prática profissional e pela culpabilização do indivíduo pelo seu estado, o que mascara a relação da pobreza e do desemprego com a questão racial.

Esses elementos que organizavam a atuação profissional eram fundantes do enraizamento e da naturalização do racismo no Brasil: Cabe destacar que “dentro dessa lógica opressora e violenta de ajustamento que se pautava a atuação profissional, quem mais sofria com o racismo institucionalizado por parte do Estado brasileiro através da ação

profissional dos/as Assistentes Sociais, eram as mulheres negras” (Moreira, 2020, p.91). Condicionadas aos elementos patriarcais que esculpem a sociedade, não possuíam renda própria, e a alta taxa de desemprego e pauperismo estavam à margem de suas vidas. Esse fator indica a relação que o racismo e sexismo produzem na vida dessas mulheres (Gonzalez, 2020).

Ainda nesse âmbito, torna-se importante relacionar a questão produzida na vida das mulheres negras e o Serviço Social voltado à Igreja Católica sendo composto por mulheres. Apesar da particularidade histórica que as mulheres de modo geral vivenciam, a situação exposta pelas mulheres negras indica como o racismo atua em todas as estruturas da vida social. Neste contexto, a prática do assistente social não considerava a relação étnico-racial enquanto elemento fundamental para o entendimento sobre o público alvo das ações de caridade e filantropia. De acordo com Moreira (2020, p. 92):

O modus operandi com o qual esses/as Assistentes Sociais atuavam, recolocava toda responsabilidade da condição de subalternidade sobre o sujeito, condicionando a uma situação de psicologização das relações sociais (...) Essa situação, além de reforçar a naturalização da pobreza enquanto inerente à condição étnico-racial e vice-versa, reforça também a ideia do/a negro/a enquanto preguiçoso/a, violento/a, vadio/a e, portanto, criminoso/a em potencial. É nesse sentido que concordamos com Ferreira (2010) que o Serviço Social Brasileiro em sua gênese, se colocou enquanto tributário da ideologia racial dominante. Ideologia esta que é reproduzida perversamente no cotidiano, mas não necessariamente enquanto um ataque ou discriminação explícita, até porque na gênese da profissão não se falava ou nomeava a população negra diretamente. Deste modo, as ações racistas eram reproduzidas de forma sistemática, mas ao mesmo tempo de forma encoberta (Moreira, 2020, p.92).

Em meados da década de 60, há a formação do Movimento de Reconceituação da América Latina que permite o desenvolvimento do processo de renovação do Serviço Social brasileiro no sentido da construção de um perfil profissional crítico e mais qualificado ao exercício do Assistente Social. A renovação do Serviço Social no Brasil no caminho de superação do conservadorismo percorre distintas perspectivas teóricas e políticas analisadas por Netto (2005), inaugurado pela Perspectiva Modernizadora, passando pelo movimento de Reatualização do Conservadorismo ao desenvolvimento em meados da década de 70, da denominada perspectiva Intenção de Ruptura, processo que surge a partir da necessidade de total rompimento com as práticas do Serviço Social tradicional. Vinculado a esse cenário, o Serviço Social brasileiro reconhece a necessidade de superação da perspectiva filantrópica e emerge na busca pela expansão da perspectiva teórico-crítica marxista na formação e atuação profissional. São trabalhadas novas formas de proceder a ação profissional e a intervenção na realidade, elemento que centraliza novos objetivos no Serviço Social. A partir de 1979, com o

“Congresso da Virada”, são elaboradas formas de expandir essa questão e se comprometer com o interesse e a luta da classe trabalhadora (Elpídio, 2020).

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las (Iamamoto, 1992, p. 37).

Esse processo apontado por Iamamoto (1992), confere ao Serviço Social mudanças no âmbito da formação acadêmica, que passa a aprofundar o posicionamento teórico crítico para o desenvolvimento da prática profissional na direção da classe trabalhadora. Nesse sentido, como forma de mediar essa mobilização, tem-se a formulação do Código de Ética de 1993 e das novas Diretrizes Curriculares em 1996, que orientam o Projeto Ético-Político do Serviço Social e seu compromisso social crítico com as demandas da classe trabalhadora. Segundo o autor Netto (1999), entende-se que há a mudança no núcleo do Serviço Social:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (Netto, 1999, p. 104-105).

Netto (1999) aborda que o projeto profissional está articulado com a emancipação social, livre da violência, totalitarismo e de todas as formas de exploração e opressão. Nesse sentido, torna-se notória a necessidade do entendimento da totalidade, enquanto forma de compreender a realidade social dos usuários do Serviço Social. Assim, a contextualização sócio-histórica das relações étnico-raciais no Brasil colabora na apreensão crítica da realidade social e os processos que formam a dinâmica da opressão e exploração da população negra, parda e indígena.

Segundo Iamamoto, “os(as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da *questão social*” (Iamamoto, 2009, p.5), esse fator é então objeto profissional do Serviço Social. A “questão social” está expressa na realidade social das classes subalternas, o que indica que o trabalho profissional se dá através de técnicas que ampliem os

direitos da população, e/ou realizem o acesso do usuário a seus direitos e a determinadas políticas públicas e sociais. Infere-se, portanto, que a profissão tem como compromisso os direitos e interesses dos usuários.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso político na sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Carvalho e Iamamoto, 1983, p.77).

Ao se ter, na prática profissional do Serviço Social, a sua inserção no contexto das relações sociais, ou seja, na realidade social da população, o profissional tem sua atuação voltada aos usuários de políticas públicas e/ou sociais, em busca do acesso aos direitos sociais, econômicos, jurídicos e políticos. Ressalta-se que esses direitos são conquistados através da luta de classes e que o Serviço Social tem como competência a preservação, transformação e melhoria desses direitos, para assim atender ao interesse das classes subalternas. Segundo Braz (2022):

Este passivo histórico fez das lutas da classe trabalhadora brasileira algo quase heroico. O pouco que se conquistou de direitos neste país se deu mesmo diante de classes dominantes quase sempre avessas ao estabelecimento de padrões civilizatórios mínimos nas relações de trabalho e, permanentemente, voltadas para a obtenção de vantagens do Estado, que tomam para si pela via do patrimonialismo ou do clientelismo. Os direitos no capitalismo são importantes, mas, como vimos, circunscritos aos limites da emancipação política, que, no caso do Brasil se deparam com limitações ainda mais profundas, porque não experimentamos aqui um modelo de revolução burguesa clássica e, em decorrência, sofremos as consequências do caráter dependente, subordinado e associado do nosso desenvolvimento (Braz, 2022, p. 20).

Como citado pelo autor, o contexto da formação sócio-histórica brasileira, insere aspectos ao Estado que limitam a democracia, e em determinados momentos políticos permite um Estado de caráter autocrático burguês. Em conjunto a isso, há a sua relação com a classe dominante, que também possui poder, no sentido que conquista cargos, espaços e políticas por meio do patrimonialismo permitido pelo Estado. Percebe-se que ambos estão alinhados e são os detentores do poder (Braz, 2022).

Este cenário torna a atuação do Serviço Social complexa, visto que, a direção ético-política do projeto profissional segundo seus princípios fundamentais, elabora a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24). Assim, em contraposição a isso tem-se o Estado, que percorre na apropriação da pobreza, do

desemprego e do racismo para a ampliação do capitalismo. Dessa forma, a profissão se torna um mecanismo de mediação das necessidades dos sujeitos sociais e das ações do Estado (Braz, 2022).

Ao se analisar esse contexto, é preciso compreender sua complexidade, o Estado capitalista atua predominantemente no sentido de perpetuar a desigualdade social, e ainda assim, é o maior empregador de Assistentes Sociais no Brasil. Segundo a pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil em 2022, organizada pelo Conselho Federal de Serviço Social, 59,8% dos profissionais de Serviço Social atuam no setor público, na esfera municipal (43,59%), na estadual (11,01%) e federal (5,20%) (CFESS, 2022).

A predominância do Assistente Social enquanto funcionário público, possibilita a utilização de métodos e instrumentos técnico-operativos que auxiliam na execução de políticas sociais em função do interesse das classes mais desfavorecidas, assim há a realização do exercício profissional em favor da equidade e igualdade. Segundo Iamamoto:

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais/empresariais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho – as múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha – depende do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas (Iamamoto, 2009).

Iamamoto (2009) indica que a relação da autonomia do profissional do Serviço Social depende da instituição empregadora. Assim, o trabalho na mediação das expressões da “Questão Social” depende de uma boa relação entre profissional e instituição, situação complexa vista a fundamentação das instituições do modo de produção capitalista. É importante ressaltar que segundo Menezes (2010):

Dados trazidos pelo “Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008” (PAIXÃO; CARVANO) demonstram que, no Brasil, a “pobreza”, a miserabilidade e o analfabetismo atingem majoritariamente a população negra. Em outras palavras, esse contingente populacional, o qual é mais duramente atingido pelas refrações da “questão social”, tem se constituído como público-alvo de intervenção profissional dos assistentes sociais, mesmo que teoricamente muitas vezes não seja “recortado” como tal (Menezes, 2010, p. 13).

Ao se ter na desigualdade racial brasileira um público-alvo que está inserido nas mais diversas formas de violação de direitos, tem-se a necessidade de compreensão da totalidade da realidade social da profissão no recorte racial. A apropriação do debate étnico-racial na

formação profissional do Serviço Social é necessária para nortear a execução do trabalho profissional vinculado aos fundamentos do código de ética:

Ainda que em alguns momentos históricos o debate étnico-racial não tenha sido incorporado de forma coletiva pelo conjunto de Assistentes Sociais, docentes e pesquisadores/as da área, desde o VI CBAS em 1989 essa discussão está presente no interior profissional, passando a ser reivindicada enquanto categoria de análise por um grupo de Assistentes Sociais negras (Marques Júnior, 2013). Esse movimento permitiu o avanço paulatino dessa pauta no Serviço Social Brasileiro, contribuindo para o reconhecimento desse debate enquanto imprescindível para a profissão (Moreira, 2020, p. 97).

Com a apreensão teórico prática do racismo e suas variadas formas de execução, se torna mais amplo o desenvolvimento do “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p. 23). Nesse sentido, a autora Roseli Rocha elabora que:

É nessa perspectiva que o debate sobre a inserção da questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social deve se basear. Vê-se que essa discussão ainda não se constituiu em tema de grande relevância para os estudos e pesquisas no Serviço Social. Já outras áreas de conhecimento têm a incorporado em suas reflexões e elaborações teóricas, sendo possível encontrar nas áreas da educação e da sociologia um conjunto significativo de produções acerca dessa temática (Rocha, 2014, p.26).

A análise crítica do debate étnico-racial no Serviço Social é necessária para que se tenha o conhecimento da totalidade imersa na realidade social. Essa apreensão elabora formas e técnicas de desenvolvimento da intervenção social nos fundamentos da “Questão Social” e do acesso aos direitos da população negra e indígena. Para além desse sentido, Rocha elabora a relação dessa compreensão étnico-racial com o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas para a população negra, e na luta pela sua implementação (Rocha, 2014).

A análise de Rocha permite compreender que a formação profissional no Serviço Social precisa de mediações críticas ao sistema capitalista e de como ele percorre a instância das relações étnico-raciais. Com o viés da igualdade racial, se torna enraizada a prática de invisibilizar o debate do racismo no Brasil, permeado pela existência de uma suposta democracia racial. O que interfere no desenvolvimento e na mobilização contra essa hegemonia.

Nesse sentido, é necessário que o Assistente Social tenha uma base qualificada para que não se reproduza o mito da democracia racial. Essa reprodução já é feita pelo Estado e suas instituições, o que convém com a dificuldade de implementação de políticas sociais e ações afirmativas, que percorrem as relações étnico-raciais no Brasil. Esse cenário indica que

trabalhar o contexto da formação social brasileira interligada à realidade é urgente para que o racismo perante a população negra e indígena seja rompido (Rocha, 2014).

Essa apreensão possibilita “uma intervenção mais qualificada sob o ponto de vista teórico e técnico-operativo, ético e político”, o que conduz a construção da profissão do Serviço Social melhor aprofundado na realidade social da população negra e indígena (Rocha, 2014).

Nesta direção, será realizada a análise da formação em Serviço Social no parâmetro do debate étnico-racial do curso. A principal base teórica alvo deste estudo será o Projeto Ético-Político do Serviço Social, as diretrizes curriculares da ABEPSS, e as ementas curriculares da Universidade Federal de Juiz de Fora, e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, enquanto forma de observar suas diferenças, lacunas e direções. Para isso, é necessário compreender quais são as diretrizes curriculares que permeiam este debate, assim como a forma que ele se dá por meio das ementas curriculares e da produção acadêmica no Serviço Social.

A autora Roseli Rocha (2014), aborda em sua tese de doutorado sobre o processo de construção das diretrizes curriculares pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que se inicia na década de 1980, vinculado à luta profissional pelo projeto ético-político e pela elaboração de um currículo mínimo. Sua tese será um trabalho de uso imprescindível enquanto ponte para a escrita sobre o Serviço Social e as relações étnico-raciais no Brasil.

Analisa-se que a perspectiva proposta no “Congresso da Virada” foi essencial para que a profissão tivesse um novo rumo traçado. A mobilização social das Assistentes Sociais em prol da desvinculação com o conservadorismo e a filantropia na profissão, e estabelece a defesa pelos interesses pautados pela classe trabalhadora. Assim, a profissão passa a assumir uma ação voltada à população subalternizada e atua através de políticas sociais e públicas em um movimento de renovação profissional (Moreira, 2020).

A ABEPSS conduz um debate acerca dos anos 90 e as “transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social” (ABEPSS, 1997, p. 60). Cenário que indica a necessidade de nortear o Serviço Social baseado na teoria social crítica, se adequando ao novo movimento das demandas profissionais.

A partir disso, se tem a formação do processo de revisão do currículo de 1982. Por meio de aproximadamente 200 oficinas locais, 25 regionais e 2 nacionais, realizadas durante o período de 1994 a 1996, tem-se a avaliação em conjunto da fundamentação do novo currículo.

A elaboração coletiva auxiliou na ampliação do olhar sob a totalidade da realidade social na base curricular, pauta em que o profissional de Serviço Social se insere (ABEPSS, 1997).

Nesse cenário de avanço e organização curricular, “em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a LDB (Lei 9394), tornando oportuno o processo de normatização e definição de diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social” (ABEPSS, 1997, p. 59). A partir das diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 que será norteado o estudo e análise deste projeto. Segundo a ABEPSS, elas apresentam como base profissional a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (1997, p. 62).

Esses cinco elementos formam a construção do novo perfil profissional de Serviço Social, qualificado às demandas sociais ocupadas pelo novo movimento do capitalismo e da sociedade brasileira pós regime ditatorial. Nesse âmbito, a ABEPSS (1997, p. 62) insere a definição das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que estão relacionadas e indicam o processo de desenvolvimento político e profissional, além disso, eles são fundamentais para que seja realizada a articulação das competências com as diretrizes.

Ao se ter a efetivação do projeto profissional, são elaborados núcleos de fundamentação que são um conjunto de conhecimentos indissociáveis à formação profissional. Sendo eles:

-Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;

-Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada;

-Núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio

supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei (MEC, 1999).

Segundo a autora Rocha (2014), o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira inclui o debate étnico-racial com mais integralidade, o que permite a inserção de uma base de conhecimentos maior relacionada a formação histórica do Brasil e sua influência nas relações étnico-raciais. É nele que são fundamentadas as questões da particularidade socioespacial e dos territórios brasileiros, o que permite o entendimento da marginalização territorial e a expansão fundiária.

Apesar disso, a temática racial pode ser trabalhada como base de conhecimento em todos os núcleos, visto que as relações étnico-raciais são estruturantes da formação das relações sociais, o que leva a sua inserção em todas as conjunturas da vida social. É necessário que o aprofundamento deste tema esteja vinculado a todos os aspectos que perpassam os sujeitos e sua totalidade (Rocha, 2014).

Para a autora, a concretização dos princípios do código de ética e das diretrizes curriculares no quesito da inserção das relações étnico-raciais “no processo de formação e sua materialização no cotidiano profissional nem sempre ocorrem sem conflitos” (ROCHA, 2014, p. 97). Esses conflitos indicam a necessidade de fortalecimento da luta por uma profissão que assume o caráter da “construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24).

Segundo Rocha (2014), com base na pesquisa de Pinto (2003) e de Silva Filho (2006), é possível perceber que as diretrizes curriculares e o projeto ético-político do Serviço Social possuem princípios voltados ao debate étnico-racial. Contudo, ainda existem lacunas importantes na formação qualificada para intervenções relacionadas a problemáticas estruturadas pelo racismo, assim como a falta da abordagem da temática no curso, e a baixa produção acadêmica voltada às relações étnico-raciais.

O processo de construção das diretrizes curriculares foi fundamental para direcionar o debate étnico-racial no currículo do Serviço Social. Nesse sentido, será feita uma análise sobre os currículos de uma faculdade federal e uma estadual, em diferentes estados. Essa metodologia será adotada como forma de compreender o currículo do Serviço Social em espaços-territoriais e perspectivas de ensino diferentes.

Conforme desenvolvido pela ABEPSS, as Diretrizes Curriculares de 1996 são fundamentais para que o currículo seja alinhado ao projeto de formação mais qualificado e

que supera aspectos que retrocedem a formação profissional, sendo crítico, regulamentado pela lei e pelo código de ética. A autora Elpídio reitera a necessidade do compromisso com a construção de um perfil profissional que priorize os interesses da classe trabalhadora, e que esteja alinhado ao rompimento da visão conservadora (Elpídio, 2020).

Para a realização do presente estudo foram escolhidas duas universidades, sendo elas a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Nesta análise será considerada a matriz curricular e a bibliografia que compõem as ementas das disciplinas ofertadas, assim será observada a relação entre elas e a atualização da bibliografia conforme a crescente publicação de livros, artigos, periódicos e outros documentos para estudos.

## **2.1. Análise das ementas curriculares, diretrizes curriculares, e bibliografia com articulação ao estudo das relações étnico-raciais na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora**

Em primeiro lugar será trazida a grade curricular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (Quadro I) presente no Projeto Político Pedagógico do curso elaborado 2023 e em vigor desde então, é composta por 33 matérias obrigatórias, sem contabilizar as supervisões de estágio e a orientação de TCC.

Em nossa pesquisa, a principal fonte de informação sobre os conteúdos desenvolvidos na disciplina será a análise da ementa:

Se os títulos das disciplinas muitas vezes não dizem, por si só, se abordarão ou não o tema raça e/ou etnia, a ementa traz os conteúdos que serão trabalhados, possibilitando assim o acesso a essa informação. Ressaltamos, no entanto, que isso nem sempre ocorre como uma regra predeterminada. Em alguns casos, os temas mais específicos somente aparecerão nos programas e nas referências bibliográficas. Porém, como os programas costumam sofrer mudanças mais frequentes por estarem associados à autonomia dos docentes no processo de elaboração de suas aulas, é a ementa a nossa principal fonte de informação sobre os conteúdos que serão discutidos pela disciplina (Rocha, 2014, p.107, grifo nosso).

No entanto, na medida em que o Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFJF apresenta as referências bibliográficas estas serão fonte de análise.

O Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFJF, inclui as ementas curriculares, bibliografia e programas das disciplinas obrigatórias e eletivas do Curso de Serviço Social. É possível analisar que no conteúdo apresentado pela ementa curricular nas disciplinas obrigatórias selecionadas, tem-se uma relação com os movimentos sociais, a

cultura, os espaços socioterritoriais, a luta de classes, a questão agrária e o capitalismo, todos eles devem apresentar uma relação base com o debate racial, visto que estão inseridas na formação social brasileira.

No projeto pedagógico é possível analisar que dentre as disciplinas obrigatórias podem ser citadas como imprescindíveis da adequação ao debate étnico-racial as: Questão Social e Desigualdades Sócio-Territoriais; Formação Sócio-Histórica do Brasil Contemporâneo; Classes e Movimentos Sociais I, II e III; Relações de Classe, Raça/Etnia, Gênero e Sexualidade; Território e Questão Urbana; e Pensamento Social III.

Essas disciplinas estão inseridas dentre o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. A partir destes três núcleos as disciplinas estão organizadas conforme sua aproximação teórica e área de conhecimento, sendo o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira o que possui o maior número de disciplinas que estão associadas ao debate sobre etnia e raça. Entende-se que os três núcleos devem apresentar o debate sobre raça por ser parte da realidade social brasileira e assim estar na linha de frente ao público usuário das políticas sociais e públicas. O que indica a relação entre a realidade social dos indivíduos e o trabalho profissional do Serviço Social, ainda assim é na formação social brasileira que este estudo deve estar melhor concentrado.

O presente [trabalho] propõe-se a apresentar elementos que evidenciam a questão racial como um dos elementos inerentes à indissociabilidade entre os três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, a saber: Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e, Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, considerando o debate racial como constructo social, sua gênese e atualidade da questão como um eixo estruturante das relações sociais capitalistas no Brasil. As reflexões aqui propostas objetivam superar uma compreensão de que o debate étnico-racial deve ser encarado na formação profissional como uma temática isolada ou especificidade (seja pela via do atendimento de política pública ou pelo viés identitário) (Elpídio, 2020, p.520).

As universidades, que estão filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, possuem uma fundamentação teórica que se articula a indissociabilidade entre os três núcleos. Explicitada por Elpídio (2020), percebe-se que essa articulação gera maior apreensão crítica da totalidade, e assim, permite o entendimento da realidade da classe trabalhadora e sua relação com a questão sócio-histórica brasileira.

Segundo a grade curricular da UFJF (Quadro I) os principais componentes curriculares que apresentam a abordagem do tema são apresentados no título da disciplina. Em relação ao debate étnico-racial é intitulado de forma explícita somente em “Relações de Classe, Raça/Etnia, Gênero e Sexualidade”. Disciplina obrigatória que apresenta outros três elementos de estudo, o que indica que nenhum deles será organizado de forma integral e há a sobrecarga de conteúdos em apenas uma disciplina.

Segundo Elpídio, a forma em que se estrutura a questão racial na totalidade dos sujeitos fundamenta o viés de que é necessário que as disciplinas alinhem o conteúdo com este debate. A autora aborda que fragmentar os estudos acerca do debate étnico-racial em uma disciplina isolada ou específica não supera a necessidade dele ser trazido em todas as ações da formação profissional, isto é, na sala de aula, em rodas de conversa, seminários e eventos. (Elpídio, 2020)

A grade curricular (Quadro I) apresentada foi construída em 2023, o que a torna atual, e através dela que se inseriu esta disciplina. É notório que a presença de uma disciplina obrigatória que articula os elementos de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade revela o avanço da formação profissional em Serviço Social com um viés antirracista e a orientação ético-política do corpo docente em incorporar o debate étnico-racial. Ainda assim, será necessário compreender a ementa e bibliografia das demais disciplinas que estão integralmente associadas a este debate para que seja possível analisar a construção do andamento dos estudos que englobam a questão racial nas particularidades da formação.

A primeira disciplina obrigatória a ser analisada é “Classes e Movimento Sociais I”, apresentada no Quadro 2, que expõe a ementa e a bibliografia base da disciplina. Percebe-se pela ementa que será analisada a gênese das classes sociais e da luta de classes no capitalismo. Para isso são utilizados textos com base nos estudos de Marx, Engels, e Gramsci, que apresentam o marxismo, as formas de organização da vida social e do trabalho. A formação das classes sociais e a luta de classes são elementos trabalhados na disciplina com viés do capitalismo enquanto fundamento de poder e dominação.

**Quadro 2:** Ementa Curricular da disciplina “Classes e Movimentos Sociais I”.

<b>Classes e Movimentos Sociais I</b> Código: ASS029 Pré-Requisitos: Não tem	<b>Carga Horária Semanal: 4h</b> <b>Carga Horária: 60h</b>
<b>EMENTA</b>	
<p>A constituição das classes sociais e das lutas entre classes no modo de produção capitalista. Estado, Sociedade Civil e a perspectiva revolucionária na tradição marxista. As organizações coletivas clássicas dos trabalhadores: o partido e o sindicato. Concepção, estrutura e práticas sindicais no Brasil. A organização sindical dos Assistentes Sociais brasileiros. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: organizações sindicais e/ou partidárias.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<p>ABRAMIDES, M. B.; Cabral, M. S. <b>O novo sindicalismo e o Serviço Social</b>. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>AGUENA, P.(org). <b>O marxismo e os sindicatos</b>. In: Coletânea de textos de Marx, Engels, Lênin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008.</p> <p>ALVES, G. <b>Limites do sindicalismo</b>: Marx, Engels e a crítica da Economia Política. Editorial Práxis: Bauru, 2003.</p> <p>ANDRADE, S. <b>Classe operária em Juiz de Fora</b>: uma história de lutas- 1912/1924. Juiz de Fora: Editora da UFJF,1987.</p> <p>ANTUNES, R. <b>Classe operária, sindicatos e partido no Brasil</b>. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>ARON, R. <b>O marxismo de Marx</b>. Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2003.</p> <p>BERNARDO, J.&amp; PEREIRA, L. <b>Capitalismo sindical</b>. São Paulo: Xamã, 2008.</p> <p>BOITO JÚNIOR, A. <b>Política neoliberal e sindicalismo no Brasil</b>. São Paulo: Xamã, 1999.</p> <p>CARDOSO, A. <b>A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil</b>. São Paulo, Boitempo, 2003.</p> <p>CFESS. <b>Serviço Social a caminho do século XXI</b>: o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS-CRESS". In: Serviço Social e Sociedade , nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>COUTINHO, C. N. <b>Gramsci:um estudo sobre seu pensamento político</b>, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.</p> <p>FERNANDES, B. <b>A formação do MST no Brasil</b>. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>FREDERICO, C. <b>Crise do socialismo e movimento operário</b>. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>KOVAL, B. <b>História do Proletariado Brasileiro</b>. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.</p> <p>MARX, K. <b>O dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte</b>. São Paulo: Centauro, 2004.</p> <p>_____. <b>As lutas de classe na França de 1848 a 1850</b>. In:Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.</p> <p>MARX, K. &amp; ENGELS, F. <b>O sindicalismo II- Conteúdo e significado das reivindicações</b>. Publicações Escorpião: Porto: 1975.</p> <p>MEDEIROS, L. <b>Histórias dos movimentos sociais no campo</b>. Rio de Janeiro, Fase, 1989.</p> <p>MONTAÑO, C. &amp; DURIGUETTO, M. L. <b>Estado, classe e movimento social</b> – São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>ROSDOLSKY, R. <b>Gênesis e estrutura de O capital de Karl Marx</b>. Tradução de César Benjamim. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.</p> <p>STÉDILE, J. P. (org). <b>A questão agrária no Brasil</b>. O debate tradicional: 1500- 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.</p> <p>STÉDILE, J. P. <b>A reforma agrária e a luta do MST</b>. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>THOMPSON, E. <b>A formação da classe operária inglesa</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.</p>	

**Fonte:** Projeto Político-Pedagógico Faculdade de Serviço Social - UFJF.

É abordada a questão sindical e política, elaborando a análise da construção dos movimentos sociais no Brasil e da organização sindical dos Assistentes Sociais. A questão racial está inserida em todos os âmbitos desses elementos, apesar disso, há uma lacuna a ser preenchida para melhor desenvolvimento do tema. Nesse sentido, pode ser trazido o debate acerca do quilombo dos palmares, do Movimento Negro Unificado, e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Autores como Ana Paula Procópio, Clóvis Moura, e Abdias do Nascimento, são necessários para que seja feito um debate crítico acerca da realidade das classes e dos movimentos sociais brasileiros na perspectiva dos trabalhadores.

Pensando na particularidade do racismo no Brasil e sua funcionalidade ao capitalismo dependente (baseado no desenvolvimento desigual e combinado), este é alimentado pelo mito da democracia racial, onde uma falsa noção de democracia que se constrói pelo alto e deixa suas influências e resquícios deletérios no cotidiano da classe e não obstante, na formação e no exercício profissional. Constata-se que tal superação, passa necessariamente, pela compreensão do movimento das classes, uma vez que o serviço social busca a perspectiva da totalidade histórica. Assim, o debate da profissão engloba o enfrentamento das diferentes formas de opressões e exploração de classe, não como fenômenos isolados ou ocasionais, mas como parte inerente

da origem e reprodução da lei geral de acumulação capitalista em seus diferentes momentos e particularidades sócio-históricas, onde o racismo precisa ser compreendido como elemento estrutural desta sociedade (Elpídio, 2020, p.523).

Conforme colocado pela autora Elpídio (2020), o estudo sobre classes é indispensável para analisar a questão histórica do modo de produção capitalista. A partir do viés que comprehende o surgimento do capitalismo em conjunto com o modo de exploração escravista, identifica-se o debate sobre a questão racial e a classe trabalhadora como alinhados a este estudo, tendo como base o surgimento delas e dos movimentos sociais.

Em seguida, é apresentado o Quadro 3 que possui a ementa e a bibliografia base para a disciplina “Classes e Movimentos Sociais II”.

### **Quadro 3:** Ementa Curricular da disciplina Classes e Movimentos Sociais II.

<b>Classes e Movimentos Sociais II</b> Código: ASS030 Pré-Requisitos: ASS029	<b>Carga Horária Semanal: 4h</b> <b>Carga Horária: 60h</b>
<b>EMENTA</b> Sociedade civil e hegemonia na teoria gramsciana. A questão social e o desenvolvimento histórico das lutas de classe na realidade brasileira. O debate dos chamados ‘novos’ movimentos sociais. Movimentos sociais no cenário nacional: perspectivas teóricas e ideo-políticas. A relação entre Serviço Social e os processos de mobilização e organização popular. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: movimentos sociais e/ou populares da atualidade.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b> IAMAMOTO, M. <i>Relações Sociais e Serviço Social no Brasil</i> . SP: Cortez, 1982. COUTINHO, C.N. <i>Gramsci - Um estudo sobre seu Pensamento Político</i> . RJ: Campus, 1989. DAGNINO, E. <i>Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania</i> . In: DAGNINO, E. (org). <i>Os anos 90: Política e sociedade no Brasil</i> . São Paulo: Brasiliense, 1994. DURIGUETTO, M. L. e MONTÂNO, Carlos. <i>Estado, Classe social e Movimento Social</i> . SP: Cortez, 2010. _____. <i>Sociedade civil e democracia: Um debate necessário</i> . SP: Cortez, 2007. _____. <i>Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe</i> . In: Temporalis (Brasília). v.n.16, p.45 - 66, 2009. EVERIS, T. <i>Identidade: a face oculta dos Movimentos Sociais</i> . In: Novos Estudos. SP: CEBRAP, n° 4, 1984. LIGUORI, G. <i>Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade</i> . In: COUTINHO, C.N e TEIXEIRA, A. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. DAL MORO, M. e MARQUES, M. <i>A Relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade</i> . In: Revista Temporalis, ano II, n.21, 2011.	

**Fonte:** Projeto Político-Pedagógico Faculdade de Serviço Social - UFJF.

Em uma perspectiva de continuidade de estudos, a disciplina “Classes e Movimentos Sociais II” trabalha a questão da sociedade civil e hegemonia segundo os estudos de Gramsci. Nela, pode-se observar que são expostos textos mais atuais acerca do tema, e que desenvolvem uma relação dos movimentos sociais na sociedade hodierna, o que facilita a vinculação com a realidade. A utilização dos textos de Maria Lúcia Duriguetto, é fundamental no sentido em que organiza a base para o debate contemporâneo sobre os movimentos sociais e articula a questão racial a eles.

Dentre seus objetivos de estudos, a Unidade III promove o conhecimento de alguns movimentos sociais nacionais e locais, para isso é feita a apresentação através de palestras, seminários ou rodas de conversa organizadas pelo corpo docente junto ao movimento, ou por dinâmicas presenciais de estudo de campo em que são planejadas idas ao local sede do

movimento social em questão e neste espaço são debatidos os movimentos, seus princípios, formas de organização e estruturação. Essa questão se torna uma possibilidade de aproximação com o debate étnico-racial produzido pelos movimentos negros e indígenas.

Assim, o programa da disciplina contempla o conhecimento e o debate de movimentos sociais como o Movimento Negro Unificado, o Movimento dos Trabalhadores, o Movimento da Economia Popular Solidária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no segmento do Brasil e de Juiz de Fora. Dentre esses movimentos sociais, todos possuem a questão racial como elemento comum, o que valoriza os trabalhadores negros e indígenas a partir da sua realidade, e permite a possibilidade de aproximação com o debate étnico-racial produzido pelos movimentos negros e indígenas.

Nesta disciplina poderia ser trazido o autor Valdisio Fernandes que em seu texto “A luta pela hegemonia: Uma perspectiva negra” analisa a questão da hegemonia e sociedade civil exposta por Gramsci, a partir da perspectiva da questão étnico racial. Isto é, coloca-se em pauta o movimento negro no Brasil e suas particularidades voltadas ao debate da hegemonia exercida pelas classes dominantes sobre a população negra. É importante ressaltar a articulação existente entre o que é colocado como hegemonia por Gramsci e seu resultado em relação à população negra.

Será apresentado o Quadro 4, que possui a ementa curricular da disciplina “Classes e Movimentos Sociais III”, que é o último segmento de Classes e Movimentos Sociais na Faculdade de Serviço Social da UFJF.

#### **Quadro 4:** Ementa Curricular da disciplina “Classes e Movimentos Sociais III”.

<b>Classes e Movimentos Sociais III</b> Código: ASS045 Pré-Requisitos: ASS029	<b>Carga Horária Semanal: 4h</b> <b>Carga Horária: 60h</b>
<b>EMENTA</b>	
A questão agrária como categoria de análise para o conhecimento científico: abordagens a partir da economia política. A questão agrária no Brasil e as lutas sociais no campo. A constituição dos sujeitos coletivos em luta na Questão Agrária brasileira. Serviço Social e Questão Agrária. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: movimentos sociais ligados à questão agrária.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
CORRÊA, D. C. <b>O debate Ambiental no Serviço Social:</b> construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas? Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFJF. Juiz de Fora. 2010. GROSSI, M. A. <b>Questão Ambiental no espaço agrário:</b> fissura metabólica e a agroecologia no MST. Belém, SINGA , 2011. MEDEIROS, L. S. <b>Reforma agrária no Brasil:</b> história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. MORISSAWA, M. <b>A história da luta pela terra e o MST.</b> São Paulo: Expressão Popular, 2001. MOTTA, M. (Org.). <b>Dicionário da Terra.</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. PORTO G. C. W. <b>A natureza da globalização e a globalização da natureza.</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. SILVA, M. G. <b>Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável:</b> um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010. STEDILE, J. P. <b>A questão agrária hoje.</b> Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 1994. STEDILE, J. p. (Org.). <b>A questão agrária no Brasil:</b> a questão agrária na década de 1990. São Paulo, Expressão Popular, v.6, 2013. . <b>A questão agrária no Brasil:</b> o debate na década de 2000-2010. São Paulo: Expressão Popular, v. 7, 2013. VALADÃO, V. A.; BARCELLOS, G. H. <b>Privatização da Terra:</b> intersecções das questões agrária e ambiental. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 145 - 169, jul. / dez. 2012. ZANOTTO, R. <b>Identidade Campesina:</b> a construção da CLOC como espaço de lutas e articulações. Monografia do Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005.	

**Fonte:** Projeto Político-Pedagógico Faculdade de Serviço Social - UFJF.

Em composição a grade curricular, a última parte de “Classes e Movimentos Sociais” é formada pela questão agrária no Brasil. Em um país de grande extensão territorial a concentração fundiária ainda é a realidade, este fator eleva algumas expressões da desigualdade social e racial. É importante ressaltar que a questão agrária e a questão racial são indissociáveis, portanto, é imprescindível que este debate seja feito por autores que abordam ele em conjunto.

O autor Ailton Krenak pode ser usado nessa disciplina como forma de compreensão da questão agrária na perspectiva indígena, e como é a terra, seu uso e suas funções. Além disso, o autor elabora a questão da grilagem de terras e do garimpo ilegal, que são necessários para o entendimento do envolvimento da questão agrária na particularidade étnico-racial brasileira. Nesse sentido, estes estudos são necessários na formação acadêmica do Serviço Social enquanto profissão que atua nas lacunas expostas pela desigualdade social, econômica e racial, e para a compreensão da totalidade histórica vivenciada pelos usuários.

Em continuidade a análise, tem-se o Quadro 5 que possui a ementa curricular da disciplina “Formação Sócio-histórica do Brasil Contemporâneo”.

**Quadro 5:** Ementa Curricular da disciplina “Formação Sócio-histórica do Brasil Contemporâneo”.

<b>Formação Sócio-histórica do Brasil Contemporâneo</b> Código: HIS115	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60h
Pré-Requisitos: não tem	
<b>EMENTA</b> A presente disciplina busca debater a história recente do Brasil, destacando temas do passado que reverberam na contemporaneidade do país. O curso é atravessado pela discussão sobre a questão da construção da cidadania no Brasil.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b> CARVALHO, J. M. de. <b>A Cidadania no Brasil: o longo caminho</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FERREIRA, J. <b>O Brasil Republicano</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. FERREIRA, J. (Org.). <b>O populismo e sua história</b> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. REIS FILHO, D. A. <b>Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2014. MOTTA, R. P. S. <b>Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)</b> . São Paulo: Perspectiva, 2002. FICO, C. <b>História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais</b> . São Paulo: Contexto, 2004.	

**Fonte:** Projeto Político-Pedagógico Faculdade de Serviço Social - UFJF.

Esta disciplina possui relação direta com a questão racial, nela é trabalhada a formação sócio-histórica do território brasileiro com ênfase do debate da construção da cidadania no Brasil e os elementos que formam a contemporaneidade. Nesse sentido, percebe-se que há uma falta de autores negros e indígenas, e há a necessidade de maior abrangência a questão racial, sendo possível o uso de Maria Beatriz Nascimento, no debate acerca da formação dos

quilombos e a realidade contemporânea deles, e Davi Kopenawa Yanomami que apresenta a formação social brasileira a partir da superexploração e do extermínio aos povos negros e indígenas. Autores como Clóvis Moura, Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento, que fazem a análise da formação social brasileira a partir da questão racial também são fundamentais para esta disciplina.

Há também o autor José Amilton de Almeida, em sua tese “Terra, capital e trabalho no modo de produção escravista: bases agrárias do racismo brasileiro”, publicada em 2023, que alinha o modo de produção escravista brasileiro e as relações sociais escravistas. Apresenta também a forma em que esse modo de produção articula a população negra, particularidades e determinações dos elementos das relações étnico-raciais no escravismo. Esses autores fazem uso do pertencimento de sujeitos racializados a esta formação, é nesse contexto que a presença de leituras voltadas a autores que analisam um viés de totalidade são necessárias para melhor formação profissional e acadêmica.

A próxima disciplina a ser analisada é “Questão Social e Desigualdades Sócio Territoriais” que é apresentada no Quadro 6.

**Quadro 6:** Ementa Curricular da disciplina “Questão Social e Desigualdades Sócio Territoriais”.

<b>Questão Social e Desigualdades Sócio Territoriais</b> Código: FSS059 Pré-Requisitos: não tem	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60 h
<b>EMENTA</b>  Acumulação capitalista e questão social. As relações entre o Estado e a sociedade no capitalismo tardio e suas retrações na questão social. A questão social na sociedade brasileira: processos sociais, indicadores socioeconômicos e expressões contemporâneas. Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais: principais determinantes e políticas de enfrentamento da questão social (atribuir maior visibilidade ao desenvolvimento regional e local). Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: desigualdades sócio territoriais.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b> BRITO, F. e OLIVEIRA, P. R. de. <b>Até o último homem</b> : visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013. CASTELL, R. <b>Metamorfoses da questão social</b> . São Paulo: Vozes, 1998. DAVIS, M. <b>Planeta favela</b> . São Paulo: Boitempo, 2006. ENGELS, F. <b>A situação da classe trabalhadora na Inglaterra</b> . São Paulo: Global, 1988. FANON, F.. <b>Os condenados da terra</b> . Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006. GUIMARAES, A. P. <b>Classes perigosas</b> : banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1981. HOBSBAWM, E. <b>Bandidos</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. KOWARICK, L. <b>Trabalho e vadiagem</b> : transição do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994. MARX, K. <b>O Capital</b> : crítica da economia política. Capítulo XXIV. São Paulo: Difel, 1982. MELLO, L. de S. <b>Os desclassificados do Ouro</b> . São Paulo: Paz e Terra, 2004. PESAVENTO, S. <b>Os pobres da cidade</b> : vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994. PINTO, J. de A. <b>Controle Social e Pobreza</b> : Juiz de Fora (1876-1922). Juiz de Fora: Ed. Associada, 2008. Prefeitura de Juiz de Fora. <b>Atlas social de Juiz de Fora</b> . Disponível em: <a href="http://www.pjf.mg.gov.br/">http://www.pjf.mg.gov.br/</a> . PNUD. <b>Atlas do desenvolvimento humano</b> , 2013. Disponível em: <a href="http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&amp;li=li_AtlasMunicipios">http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&amp;li=li_AtlasMunicipios</a> .	

**Fonte:** Projeto Político-Pedagógico Faculdade de Serviço Social - UFJF.

Esta disciplina possui foco na questão social e suas determinações, nesse sentido é estudada a relação existente entre Estado, sociedade e capitalismo tardio. A questão social é inserida no contexto brasileiro e também analisada no viés do Estado de Minas Gerais,

coloca-se entre os textos bases da bibliografia o “Atlas Social de Juiz de Fora” organizado pela prefeitura. Dentre os textos apresentados, percebe-se uma base excelente no que diz respeito ao Estado e capitalismo, e também no estudo sobre as classes subalternizadas e pauperizadas pelo capital.

Nesta bibliografia percebe-se a presença de alguns autores e textos que organizam o debate sobre a questão racial, e no programa da disciplina são colocados os seguintes pontos que abordam a questão racial de forma destacada: 1.3. Colonialismo, escravidão e desclassificação social; e 3.3. Desagregação por raça/cor. Nesse sentido, percebe-se que ela contém maior exposição acerca do debate racial, e articula as questões voltadas a formação brasileira a partir do período colonial, contendo a escravidão e a desclassificação social como pautas a serem debatidas.

Alinhado ao que é exposto pela ementa, autores como Mike Davis e Frantz Fanon organizam seus estudos seguindo a realidade social presente em países de modo de produção capitalista, o que eleva o debate racial seguindo os preceitos daquilo que é vivenciado pela população racializada. São colocados em pauta elementos da superexploração, marginalização, habitação imprópria, e do pauperismo, todos articulados ao entendimento destes fatores enquanto formas do racismo.

Em seguida será analisada a disciplina obrigatória “Território e Questão Urbana”.

#### **Quadro 7:** Ementa Curricular da disciplina “Território e Questão Urbana”.

<b>Território e Questão Urbana</b> Código: a ser definido pelo CDARA Pré-Requisitos: ASS028	<b>Carga Horária Semanal: 4h</b> <b>Carga Horária: 60 h</b>
<b>EMENTA</b>	
A questão urbana no Brasil: a constituição do espaço urbano em questão social. A produção das desigualdades e segregações socioespaciais. Estado e sociedade frente às questões urbanas. Movimentos sociais urbanos. Intervenção do Serviço Social. Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: questão urbana.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
ABREU, M. de. <i>A evolução urbana do Rio de Janeiro</i> . Rio de Janeiro: IPLAN/RIO – Zahar, 1987. GOMES, M. F. C. M. <i>Cidadania, esfera pública e a produção do espaço: um estudo de caso</i> . In: Tecendo Saberes, Rio de Janeiro: CFC/UFRJ, 2000. LOJKINE, J. <i>O Estado capitalista e a questão urbana</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1981. MAGNANI, J. G.; TORRES, L. L. (orgs). <i>Na metrópole – textos de antropologia urbana</i> . São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996. OLIVEN, R. G. <i>Urbanização e mudança social no Brasil</i> . Petrópolis: Vozes, 1982. PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. P. (orgs). <i>Reestruturação urbana: tendências e desafios</i> . São Paulo: Nobel, 1990. RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JR., O. A. (orgs). <i>Globalização, fragmentação e reforma urbana</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs). <i>Um século de favela</i> . Rio de Janeiro: FGV, 1998.	

**Fonte:** Projeto Político-Pedagógico Faculdade de Serviço Social - UFJF.

Através da leitura da ementa curricular desta disciplina, percebe-se que o objetivo dela é conduzido pela questão urbana no território brasileiro e como ela é uma das determinações da formação da questão social. É inserido o contexto das desigualdades e segregações

socioespaciais, que pode trazer em conjunto o debate racial, em que há a divisão racial nos territórios ocupados.

Na bibliografia são colocados textos sobre urbanização, globalização e a formação de periferias urbanas, elementos que são fundamentais para a formação acadêmica em Serviço Social. A partir desses elementos, pode-se ter a análise da questão social e racial com base no contexto da urbanização e produção de grupos de pessoas racializadas que serão segregadas e levadas às desigualdades, contrário a essa questão, não é possível concluir se os textos de referência apresentados na bibliografia irão incluir o debate racial.

A seguir, será analisada a disciplina “Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade” Quadro 8, que possui menção direta ao tema racial.

**Quadro 8:** Ementa Curricular da disciplina “Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade”.

<b>Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade</b> Código: A ser criado pelo CDARA Pré-Requisitos: não tem	Carga Horária Semanal: 4h Carga Horária: 60 h
<b>EMENTA</b>	
Apresentar os principais fundamentos no campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça/etnia, a partir do debate nas Ciências Sociais e Humanas, em geral e, particularmente, no Serviço Social. Problematizar a interface desse debate contemporâneo com as lutas organizadas pelos sujeitos e movimentos sociais na garantia de políticas e direitos, como expressão das relações sociais de exploração/opressão/dominação no contexto do Estado capitalista. Elucidar as respostas do Estado brasileiro para essas expressões da questão social, a partir da esfera da gestão pública das políticas sociais para os respectivos sujeitos sociais (mulheres, LGBTQIA+ e população negra). Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: raça/etnia, gênero e sexualidade.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
ALMEIDA, S. L. <b>O que é racismo estrutural?</b> Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018. (Capítulo. 1 - Raça e racismo, p. 17-42).	
BENTO, C. <b>O pacto da branquitude.</b> Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.	
CAMPOS, Luiz Augusto. <b>Racismo em três dimensões:</b> Uma abordagem realista-critica. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online] São Paulo, v. 32, n. 95, ago., 2017.	
CARNEIRO, S. <b>Mulheres em movimento:</b> contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 271-292.	
CARNEIRO, S. <b>O mito da democracia racial.</b> In: LAMOUNIER, B. (Org.). Brasil & África do Sul: uma comparação. São Paulo: Editora Sumaré, Idesp, 1996.	
CARRARA, S. <b>Moralidades, rationalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo.</b> Mana [online], Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.	
COLLINS, P. H. <b>Aprendendo com a outsider within:</b> a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n.1, p. 99-127, Jan-abr., 2016.	
DAVIS, A. <b>Mulheres, raça e classe.</b> São Paulo: Boitempo, 2016.	
DUARTE, C. L. <b>Feminismo:</b> uma história a ser contada. In: HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista brasileiro:formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 25-48.	
EURICO, M. C. et. al. <b>Formação em Serviço Social:</b> relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. Temporalis, v. 21 n. 42, p. 293-303, dez., 2021.	
FLAUZINA, A. L. P. <b>As fronteiras raciais do genocídio.</b> Direito, Brasília, v.01, n.01. p 119–146, jan./jun., 2014.	
GOMES, C. de M. <b>Gênero como categoria de análise decolonial.</b> Civitas- Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2018.	

- GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de ameficanidade.** Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82 jan./jun., 1988.
- GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira** (Texto apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”. Anais do IV Encontro Anual da ANPOCS, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980). In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Anpocs, Brasília, n. 2, p. 223-244, 1984.
- HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Graal: Rio de Janeiro, 1979.
- HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Pensamento feminista hoje:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Pensamento feminista hoje:** sexualidades no sul global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- HOOKS, B. **Mulheres negras:** moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.16, p. 193-210, jan./abr., 2015.
- JUNQUEIRA, R. D. “**‘Ideologia de gênero’:** a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade.** Rio Grande: EdFURG, 2017.
- KILOMBA, G. A máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução** (Edição Especial: Negritude e Tradução), n. 16, São Paulo, p. 171-180, 2016.
- LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo:** Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- LOURO, G. L. **Pedagogias da sexualidade.** In: \_\_\_\_\_. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, 1999.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra.** São Paulo: N-1 Edições. 2018.
- MUNANGA, K. **Redisputando a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

- MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual da raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-FE/UFRJ.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- QUEIROZ, F. M. de; IRINEU, B. A.; ÁLVARO, M. C.; LIMA, R. de L. **Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, relações de exploração/opressão/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades:** breve histórico e desafios. Temporalis, Brasília, v. 1, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.
- RUBIN, G. **El tráfico de mujeres:** notas sobre la “economía política” del sexo”. Revista Nueva Antropología, Ciudad de México, n.030, v.VIII, p.95-145, nov., 1986. (Versão traduzida).
- SAFFIOTTI, H. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTTI, H. I. B. **Violência doméstica:** questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, M. (Org.). Gênero & Cidadania. Coleção Encontros, Campinas-SP: Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 2002.
- SAFFIOTTI, H. **Primórdios do conceito de gênero.** Cadernos Pagu, Campinas, n.12, p.157-163, 1999.
- SCAVONE, L. **Estudos de gênero:** uma sociologia feminista? Revista Estudos Feministas. Florianópolis, n. 16, v. 1, p. 173-186, jan./abr., 2008.
- SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2. 1995.
- SORJ, B. **O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade.** In: HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 99-108.
- SOUZA, V. B. **Gênero, marxismo e Serviço Social.** Temporalis, Brasília, v. 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.
- SZWAKO, J. (Org.). **Diferenças, Igualdade.** São Paulo: Berlendis e Vertecchia Editores, 2009.
- TELO, F. C. A. **Direitos reprodutivos e (des)colonização:** notas preliminares sobre a colonialidade dos direitos reprodutivos. Cadernos de Gênero e Diversidade, Salvador, v. 5, n. 4, p. 199–218, 2019.
- VENTURA, M. **A transexualidade no tribunal:** saúde e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- VIANNA, A. de R. B.; LACERDA, P. **Direitos e políticas sexuais no Brasil:** o panorama atual. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.
- WEEKS, J. **O corpo e a sexualidade.** In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

**Fonte:** Projeto Político-Pedagógico Faculdade de Serviço Social - UFJF.

É possível analisar através da ementa curricular do Quadro 8, que essa disciplina traz uma abordagem sobre os temas de gênero, sexualidade, e raça, todos compostos pelo debate de classe. Ela possui uma composição bibliográfica extensa e que compreende autores racializados que elaboram debates e teorias de extrema importância para o conhecimento acadêmico do Serviço Social. Pode-se dizer que essa disciplina é elemento fundamental para o curso e que foi preparada sem lacunas de textos e autores a serem reparadas.

Apesar disso, a sua extensão eleva a sobrecarga do docente a guiá-la e do corpo discente a estudá-la. Esse fator poderia ser evitado através do que Elpídio (2020) aborda como imprescindível, que é a não fragmentação dos elementos fundamentais das disciplinas. Além disso, é analisado também o uso de autores como Abdias do Nascimento, Grada Kilomba,

Florestan Fernandes, Lélia González, Carlos Hasenbalg, Sueli Carneiro, Kabengele Munanga, Cida Bento, Achille Mbembe, Frantz Fanon e Silvio Almeida no decorrer de três disciplinas dentre as sete selecionadas. Essa apreensão enaltece a constituição de um currículo ainda esvaziado no aspecto da abordagem da totalidade social dos sujeitos, visto que não permeia a realidade sócio histórica, étnica, racial e cultural daqueles que compõem a classe trabalhadora.

Por último, será analisada a disciplina “Pensamento Social III” no Quadro 9.

**Quadro 9:** Ementa Curricular da disciplina “Pensamento Social III”.

<b>Pensamento Social III</b> Código: FSS045 Pré-Requisitos: não tem	<b>Carga Horária Semanal: 4h</b> <b>Carga Horária: 60 h</b>
<b>EMENTA</b>	
As formulações de corte conservador e crítico dos pensadores brasileiros acerca de: classes sociais no Brasil; cultura e identidade nacional; questão social e projeto popular no Brasil (autores: Florestan Fernandes, Chico de Oliveira, A Bosi, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Josué de Castro, Caio Prado, Milton Santos, M. Chauí, O. Ianni).	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
BENJAMIN, C. et al.: <i>A opção brasileira</i> . Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 147-176. CHAUI, M. O mito fundador. In: <i>Brasil: mito fundador e sociedade autoritária</i> . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 57-87 COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: <i>Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 191-219. FREIRE, S. Pensamento Autoritário e Modernidade no Brasil. In: <i>Revista Em Pauta</i> , Volume 6 - Número 23 - Julho de 2009. HOLLANDA, S. B. de. O homem cordial. In: <i>Raízes do Brasil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2008. IANNI, O. Raça e povo. In: <i>Pensamento Social Brasileiro</i> . Bauru: EDUSC, 2004, p. 123 a 153. PRADO JR, C. O sentido da colonização. In: <i>Formação do Brasil contemporâneo</i> – Colônia, São Paulo: Brasiliense, 1957. SCHWARZ, R. As idéias fora do lugar. In: <i>Ao vencedor as batatas</i> , São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 6ª Ed., 2012.	
<b>PROGRAMA (discriminado em unidades e subunidades)</b>	
<b>UNIDADE I – Introdução ao debate sobre o pensamento social brasileiro.</b> 1.1. Gênese e desenvolvimento do pensamento social brasileiro. 1.2. As particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil e suas principais interpretações. <b>UNIDADE II – Capital, trabalho e luta de classes na formação social brasileira.</b> 2.1. O pensamento social crítico no Brasil: Caio Prado Jr. E a tradição marxista. 2.2. Classes sociais e capitalismo dependente no pensamento de Florestan Fernandes. <b>UNIDADE III – Cultura e identidade nacional no Brasil.</b> 3.1. O discurso racial na formação social brasileira. 3.2. O debate sobre a construção de uma nação brasileira no pensamento conservador e sua crítica. 3.3. A “especificidade brasileira”: reflexões acerca da produção de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. <b>UNIDADE IV – A questão social e a construção de um projeto popular para o Brasil.</b> 4.1. A revolução burguesa no Brasil e as estratégias de conciliação. 4.2. Estado e questão social no Brasil contemporâneo. 4.3. A construção de um projeto popular para o Brasil: desafios e perspectivas.	

**Fonte:** Projeto Político-Pedagógico Faculdade de Serviço Social - UFJF.

O quadro 9 apresenta a terceira e última disciplina de “Pensamento Social”, a qual possui foco no pensamento social brasileiro. Em um movimento diante ao dualismo dos pensamentos conservadores e críticos é colocada a presença disto mediante as classes sociais; cultura; identidade nacional; questão social e projeto popular, todos relacionados ao Brasil. Este contexto contribui para que sejam feitos debates dessas formulações a partir das particularidades das relações étnico-raciais brasileiras. Para isso é analisado na bibliografia o uso do autor Caio Prado Jr. em seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, que apesar de trazer o debate sobre a formação social brasileira e o colonialismo, possui segundo Gonzalez (2020) um apagamento a alguns fatores da questão racial e eleva particularidades de um

pensamento conservador e patriarcal. O uso deste livro fomenta algumas questões do conservadorismo e da persistência do patriarcado nos estudos da formação social brasileira, o que traz lacunas ao debate crítico sobre o racismo e aos fundamentos da formação histórica.

É importante relatar que há autores mais adequados ao debate que poderiam ser trazidos na bibliografia do currículo e que seriam melhor desenvolvidos, visto que a Unidade III possui em sua primeira sessão o discurso racial na formação sócio-histórica do Brasil. A autora Grada Kilomba em seu livro “Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano”, poderia ser trazida como forma de análise do pensamento social a partir da realidade do racismo. Há também o autor Octavio Ianni, que elabora em seu texto uma melhor compreensão do debate étnico-racial, o que traz à bibliografia uma maior extensão do discurso crítico ao racismo e seus elementos fundantes.

Percebe-se na análise das ementas e referências das disciplinas obrigatórias previstas no projeto pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFJF a insuficiência da referência à raça, etnia, racismo e à população negra e indígena nas ementas, neste percurso entende-se a presença do debate em algumas das disciplinas, mas que, em sua maior parte, não colocam como pauta explícita a ser debatida. Ainda nesse sentido, há uma falta de autores que abordam a questão social articulada a raça nas disciplinas, mulheres negras como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez que possuem livros, artigos e debates acerca do movimento sindical, do capitalismo, da questão racial e de outras áreas, são colocadas na bibliografia apenas da disciplina “Relações de Classe, Raça/Etnia, Gênero e Sexualidade” disposta no Quadro 8. Esse cenário indica a fragmentação apontada por Elpídio (2020), em que a questão racial está presente de maneira explícita no debate e no Projeto Político Pedagógico de apenas uma matéria, ainda que ela faça parte de todos os campos da vida social.

O resultado, via de regra, tem se constituído como um conjunto fragmentado de conteúdos e temáticas que se descolam da espinha dorsal do trabalho e da formação, fundados na apreensão radical do Trabalho e da Questão Social. Ou seja, dos próprios fundamentos que sustentam a profissão, cujos elementos teóricos se distanciam quando se trata do núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Onde temos as disciplinas específicas que via de regra, reproduzem fragmentos técnicos e tecnicistas e fundamentos que evidenciam a história da profissão. É onde reside o maior dos desafios, superar estas cisões e um elemento primordial é a dimensão dos sujeitos históricos, suas formas de organização e de sobrevivência e como a profissão se constitui diante de tais desafios do real em prol dos interesses da classe (que tem cor, raça, gênero, sexualidade). (Elpídio, 2020, p.524)

Observa-se também, a falta de assistentes sociais como Roseli Rocha e Magali da Silva Almeida, que retratam o debate racial ao inseri-lo no contexto da realidade social dos brasileiros, nesse sentido, as autoras colocam em pauta em seus textos a questão do

capitalismo e raça, como indissociáveis. Além disso, indicam a presença dos estudos dessa relação como fundamentais para o desenvolvimento da formação profissional no Serviço Social, profissão que tem como público usuário aqueles que são prejudicados por esse sistema de dominação.

## **2.2 Análise das ementas curriculares, objetivos e diretrizes curriculares com articulação aos estudos das relações étnico-raciais na Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**

O segundo currículo objeto de nossa análise será desenvolvido a partir do fluxograma do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Quadro 15) do ano 2014 e em vigor desde então. A matriz curricular é composta por 32 matérias obrigatórias, sem contabilizar as supervisões de estágio e o TCC I e II. A partir dele é possível analisar que dentre as disciplinas obrigatórias que podem ser citadas como imprescindíveis da adequação ao debate étnico-racial seriam as: Formação Sócio-Histórica do Brasil e Questão Social; Classes Conflitos e Movimentos Sociais; Classes, Gênero, Etnia e Geração; Família e Sociedade; e Pensamento Social Brasileiro.

Essas disciplinas estão organizadas pelo núcleo de fundamentos da vida social, e núcleo questão social e política social no Brasil. Pode-se dizer que a partir destes dois núcleos que se observam disciplinas que aproximam teoria e área de conhecimento no debate sobre etnia e raça, sendo o núcleo da questão social e política social no Brasil o que contém apenas a disciplina “Família e Sociedade” que possui essa relação. Os três núcleos apresentados pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 devem apresentar as relações étnico-raciais em algumas disciplinas obrigatórias que possuem vínculo com este debate. Ao se ter o conhecimento destes elementos a atuação do Serviço Social perante a realidade dos usuários passa a ser melhorada.

Com o fluxograma do curso (Quadro 15) percebe-se a partir do título que o debate étnico-racial é inserido de forma explícita somente em “Classes, Gênero, Etnia e Geração”. Disciplina obrigatória que apresenta outros três elementos de estudo que estão interligados e elaborando uma relação entre os elementos que podem ser estudados. As outras disciplinas selecionadas para análise apresentam possuir vínculo com o tema a partir do título por estarem envoltas da formação sócio-histórica do Brasil, da organização social e da “Questão Social”, o que permite a articulação com a realidade da população negra e indígena brasileira.

O Projeto de Currículo Pleno da Faculdade de Serviço Social da UERJ, inclui os objetivos e as ementas curriculares das disciplinas obrigatórias e eletivas do Curso de Serviço Social, neste estudo serão observadas apenas as disciplinas obrigatórias que compõem a formação acadêmica no curso, como forma de compreender o andamento do debate étnico racial em duas Universidades de diferentes estados. Há uma diferença da metodologia de cada projeto curricular o que interfere entre o que será analisado, pois o Projeto de Currículo Pleno da Faculdade de Serviço Social da UERJ não possui bibliografia básica da disciplina, já o Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFJF possui.

Em continuidade à análise, tem-se 32 disciplinas obrigatórias no curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, dentre elas, serão apresentadas cinco disciplinas obrigatórias que possuem ligação com o tema racial através da ementa curricular e de seus objetivos. Ressalta-se que no Projeto de Currículo Pleno da UERJ há disciplinas eletivas que estruturam as relações étnico-raciais, mas o objetivo deste estudo se dá a partir das disciplinas obrigatórias.

No Quadro 10, tem-se a exposição dos objetivos e da ementa da “Formação Sócio-Histórica do Brasil e Questão Social”, que perpassa pela colonização e origem do capitalismo brasileiro.

**Quadro 10:** Ementa Curricular da disciplina “Formação Sócio-Histórica do Brasil e Questão Social”.

**Formação Sócio-Histórica do Brasil e Questão Social**

**Objetivos:** Propiciar o conhecimento sobre a formação da sociedade e da economia brasileiras, com ênfase na constituição das classes e suas expressões políticas ao longo dos principais processos sócio-históricos.

**Ementa:** Herança colonial, formação do capitalismo e das classes, e constituição do Estado nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo, desenvolvimentismo e a inserção no capitalismo mundial. Ditadura militar. Transição democrática, neoliberalismo e crise.

**Fonte:** Projeto de Currículo Pleno do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social - UERJ.

Esta disciplina contém os elementos da formação sócio-histórica brasileira, desde o período colonial à democracia. Possui as condições expostas pelo neoliberalismo e as crises econômicas e sociais articulada a gênese da “Questão Social” e suas expressões na realidade hodierna. Com isso, percebe-se que esta disciplina é fundamental para estudar esses fatores

condicionados ao debate racial, que está intrínseco em todos os momentos da formação do Brasil. O Projeto de Currículo Pleno da Faculdade de Serviço Social da UERJ é organizado a partir dos três núcleos da ABEPSS (1997), sendo essa disciplina composta pelo núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, que não tem como base teórica a inserção do debate étnico-racial, mas que pode ser trabalhada em todos eles.

A temática étnico-racial está inserida como tópico de discussão no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Todavia, por entendermos este um elemento estruturante na formação das relações sociais, a questão da raça e etnia pode também ser tratada como tema transversal em diferentes núcleos. (Rocha, 2014, p.96)

Compreende-se que raça e etnia enquanto elementos estruturantes da formação sócio-histórica são fundamentais na formação acadêmica para que estes estudos estejam alinhados à realidade brasileira. Cenário que indica a necessidade desta disciplina conter as particularidades de um país que é estruturado pelo racismo e capitalismo. Além disso, é observado através dos objetivos e da ementa, que será abordada a constituição das classes sociais, tópico que também torna indispensável o conteúdo sobre raça. Apesar desse contexto, se torna notório que os elementos de raça e etnia não estão colocados de forma explícita nos objetivos e na ementa, o que conduz uma abordagem não obrigatória pelo corpo docente e fragiliza os estudos desses fatores na disciplina.

Em segundo lugar, tem-se a disciplina “Classes, Conflitos e Movimentos Sociais” disposta no Quadro 11. Ela aborda a organização das classes sociais na América Latina com maior foco no Brasil.

**Quadro 11:** Ementa Curricular da disciplina “Classes, Conflitos e Movimentos Sociais”.

<b><u>Classes, Conflitos e Movimentos Sociais</u></b>
<b>Objetivos:</b> Analisar a constituição das classes sociais na América Latina, com ênfase no Brasil e suas formas de organização e expressão políticas.
<b>Ementa –</b> As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira. A trajetória histórica da burguesia e do movimento operário urbano. Crise e perspectivas do sindicalismo brasileiro na atualidade. Questão agrária no Brasil e a história dos movimentos sociais no campo. Questão agrária e luta dos trabalhadores rurais na atualidade. Panorama dos movimentos sociais no contexto nacional, com seus vínculos internacionais, nas últimas décadas: feministas, bairros, ecológicos, étnico-raciais, homossexuais, estudantis, defesa de direitos humanos e sociais, antiglobalização e outros. Crise e perspectivas dos movimentos sociais na sociedade brasileira atual. Possibilidades e limites do trabalho do assistente social junto a estes segmentos.

**Fonte:** Projeto de Currículo Pleno do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social - UERJ.

Na ementa curricular contém a teoria sobre classes, coletividade, movimentos sociais no âmbito nacional e internacional, e o trabalho no Serviço Social nestes segmentos. Percebe-se nela a construção do planejamento alinhado às classes sociais brasileiras, que possuem características da preservação da estratificação social determinada pelo capitalismo, que desenvolve a necessidade de maior atenção à classe trabalhadora que emerge neste contexto. Um dos aspectos presentes na classe trabalhadora brasileira é a questão racial, pois a população racializada ocupa a maior parte desta classe e é superexplorada por sua cor.

Constata-se que tal superação, passa necessariamente, pela compreensão do movimento das classes, uma vez que o serviço social busca a perspectiva da totalidade histórica. Assim, o debate da profissão engloba o enfrentamento das diferentes formas de opressões e exploração de classe, não como fenômenos isolados ou ocasionais, mas como parte inerente da origem e reprodução da lei geral de acumulação capitalista em seus diferentes momentos e particularidades sócio-históricas, onde o racismo precisa ser compreendido como elemento estrutural desta sociedade. (Elpídio, 2020, p.523)

Na ementa consta o tópico dos movimentos sociais em diversos campos, sendo o étnico-racial um deles, o que indica a concretização deste debate nesta disciplina. Analisa-se que ao se ter uma parte específica do debate dos movimentos sociais voltados à apreensão racial torna evidente a existência do trabalho do corpo docente em inserir esta discussão na formação acadêmica, os movimentos sociais são fundamentais para a classe trabalhadora o que os tornam essenciais para o Serviço Social. É por meio deles que a população se organiza enquanto coletivo para a resistência, realização de atividades e principalmente no exercício de um papel político e social eficiente na garantia de direitos e na implementação de novas políticas.

Há uma vasta área a ser estudada no campo das classes e movimentos sociais, e que devem estar articulados ao trabalho do Assistente Social, visto que o conhecimento da população usuária do Serviço Social gera melhor compreensão crítica da realidade e da totalidade concreta desses usuários.

O próximo quadro compõe a disciplina “Classes, Gênero, Etnia e Geração”, que a partir do título confere a existência dos estudos sobre etnia.

**Quadro 12:** Ementa Curricular da disciplina “Classes, Gênero, Etnia e Geração”.

**Classes, Gênero, Etnia e Geração**

**Objetivos:** Analisar a questão social no Brasil a partir do recorte de gênero, etnia e geração, seus fundamentos teóricos e repercussões para o trabalho profissional.

**Ementa:** As relações entre classe, gênero, etnia e geração no debate das ciências sociais. Relações de produção, patriarcado e racismo no Brasil. Respostas políticas do Estado e da sociedade civil organizada. O trabalho do assistente social e as relações de classe, gênero, etnia e geração.

**Fonte:** Projeto de Currículo Pleno do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social - UERJ.

Esta disciplina assegura a compreensão da “Questão Social” no Brasil com quatro recortes, sendo eles classe, gênero, etnia e geração. São trabalhados em conjunto com a formação sócio-histórica brasileira, que possui componentes do racismo e do patriarcado nas relações sociais. Esses estudos são de extrema importância, podendo se analisar o fundamento da “Questão Social” e a forma como atinge as mulheres negras, que são impactadas por estes elementos de forma explícita diariamente.

Na formação acadêmica em Serviço Social, se torna necessário que debates acerca da superexploração, opressão e marginalização das mulheres negras sejam elaborados e fundamentados teoricamente. Essas mulheres são, em sua maioria, frutos da desigualdade social e vítimas do pauperismo, portanto fazem parte da população que será atendida pela rede socioassistencial.

A desigualdade racial pode ser constatada em todas as esferas da vida social da população negra. Entretanto, em determinados espaços sociais, os níveis de desigualdade são mais visíveis, dentre eles o mercado de trabalho, no qual, segundo dados oficiais, as mulheres negras são as que aparecem como as mais atingidas pelo desemprego. (Rocha, 2014, p.30)

Entende-se que as mulheres negras são as mais atingidas por esses fundamentos da “Questão Social”, sendo um fator essencial para os estudos no Serviço Social. Essa relação torna evidente a importância dos elementos a serem debatidos nesta disciplina.

Em seguida, será feita a análise da disciplina “Família e Sociedade” que retrata as questões que perpassam o processo histórico das famílias brasileiras.

**Quadro 13:** Ementa Curricular da disciplina “Família e Sociedade”.

### **Família e Sociedade**

**Objetivos:** Propiciar uma análise das abordagens teóricas sobre a família e seu processo de constituição histórica no Brasil.

**Ementa:** A família como instituição histórica. Socialização e estrutura de classes. Antecedentes históricos do estudo da família. Diferentes abordagens teóricas atuais sobre a família. Família e sociedade: os novos arranjos familiares e a transformação na intimidade. Família, trabalho e questão social. Família trabalhadora e redes sociais. Família e direitos humanos. Violência doméstica. A família e a formulação e implementação das políticas sociais. Análise de experiências profissionais no trabalho com famílias. Impactos do novo Código Civil na família brasileira.

**Fonte:** Projeto de Currículo Pleno do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social - UERJ.

Neste segmento tem-se o estudo sobre as famílias no Brasil, seus antecedentes históricos e como elas se constituem. Para estes estudos é fundamental que sejam trazidos em pauta o recorte racial e étnico, visto que famílias indígenas, negras, pardas e brancas possuem os mais diferentes processos de constituição. Além disso, torna-se notório que para o trabalho do Serviço Social com o usuário e familiares é preciso entender como se dão suas relações, visto que há processos de reintegração de vínculos familiares, assim como há problemas voltados a violência e negligência familiar perante o usuário.

As determinações de raça interferem no cotidiano e na realidade social das famílias, o que indica que essa disciplina deve conter essas particularidades para que sejam estudadas as abordagens e formas de atuação do Serviço Social frente a estas questões, a condição de ser negro na sociedade brasileira carrega as desigualdades raciais, sociais e econômicas que implicam na sobrevivência dessa população e a culpabilizam pela sua cor. É neste processo que se criam políticas públicas e sociais no que tange o estabelecimento de normativas que possibilitem a inclusão econômica e social da população negra.

A última disciplina a ser analisada é “Pensamento Social Brasileiro” exposta no quadro 14.

**Quadro 14:** Ementa Curricular da disciplina “Pensamento Social Brasileiro”.

### **Pensamento Social Brasileiro**

**Objetivo:** Propiciar o estudo dos clássicos e contemporâneos do pensamento brasileiro sobre a formação social do Brasil, classes, cultura e identidade nacional.

**Ementa:** Apreensão do pensamento social brasileiro sobre classes, cultura e identidade nacional, a partir de formulações clássicas e contemporâneas, considerando o pensamento conservador-liberal e a tradição crítica.

**Fonte:** Projeto de Currículo Pleno do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social - UERJ.

Esta disciplina tem como objetivo o estudo do pensamento social brasileiro acerca das classes sociais, cultura e identidade nacional, e formação social do Brasil. Nesse sentido estes elementos são apresentados mediante a compreensão do pensamento conservador e crítico, trazendo a apreensão desses estudos com a análise de sua gênese, no dualismo presente entre o pensamento conservador-liberal e a tradição crítica. É notório que para isso devem ser estudados autores que elaboram o debate a partir dessas duas perspectivas, e assim serão melhor compreendidos os fundamentos dos elementos colocados.

Além disso, é de extrema importância que sejam apresentados estes elementos a partir do debate racial que está a eles articulado. Apesar dos estudos de classes, formação social brasileira, cultura e identidade social serem parte das determinações de raça, o objetivo e a ementa apresentados não elaboram essa questão de forma explícita, o que sugere uma lacuna do debate, em que se torna uma variável escolhida pelo corpo docente que ministrar a disciplina.

A partir das ementas curriculares, foi possível notar que ainda há algumas lacunas em relação ao debate sobre raça em ambas Universidades públicas brasileiras. Há uma falta de articulações com a questão racial nas disciplinas, que poderiam ser melhor trabalhadas em todas as disciplinas selecionadas e também nas que não foram trazidas para a análise por não apresentarem esta articulação. Este fator é estudado ao se ter como elemento principal a “Questão Social”, os movimentos sociais e o capitalismo, o que retorna ao debate do racismo ser estruturante deste modo de produção hegemônico, e portanto fundante da desigualdade social.

Nesse sentido, ao final desta análise percebe-se que há uma diferença entre as Universidades pesquisadas, e mesmo que ambas apresentem disciplinas que elaboram atribuições e fundamentos teóricos ao debate étnico-racial, a relação entre classe, raça e etnia pode ser desenvolvida em todas as disciplinas. Essa questão deve ser debatida visto que o Serviço Social atua diretamente com a população racializada, o que torna evidente a necessidade de conhecimento acerca das suas particularidades em todos os âmbitos da vida social.

É possível analisar que no currículo do Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, há uma aproximação do estudo sobre os usuários e suas famílias, ao se trazer a constituição das famílias brasileiras, entretanto não é colocado o debate das particularidades da questão racial para o usuário e a família. Essa disciplina é essencial para o entendimento da

atuação do Serviço Social, ao compreender a realidade da população seria de suma importância que esses estudos fossem voltados a aproximação com a raça, tendo em vista a existência de diferentes famílias e da forma em que as relações étnico-raciais se inserem no fundamento da “Questão Social” na sociedade capitalista.

Além disso, o conteúdo apresentado pela Faculdade de Serviço Social da UERJ por meio da ementa e dos objetivos das disciplinas obrigatórias selecionadas possuem uma relação com os movimentos sociais, a luta de classes, e a formação social brasileira assim como foi visto na ementa curricular do curso de Serviço Social da UFJF. Essa questão indica uma aproximação entre ambas Universidades que estão filiadas à ABEPSS, e por isso utilizam as metodologias apresentadas pelas Diretrizes Curriculares.

É importante ressaltar que a UERJ possui três disciplinas obrigatórias a menos que a UFJF que abarcam as relações étnico-raciais, o que indica uma menor relação com este debate na formação acadêmica. Esse elemento indica maior fragilidade do entendimento do racismo e das particularidades da realidade social de pessoas negras e indígenas no percurso da formação profissional do Serviço Social, o que eleva algumas lacunas para a atuação dos Assistentes Sociais na realidade dessa população usuária.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo concentrou-se nas exposições acerca das relações étnico-raciais no Brasil e suas relações com o sistema capitalista vigente. As instituições brasileiras possuem elementos que garantem e preservam as mazelas do racismo, o que determina a estruturação do sistema pautado em práticas de controle e poder sobre a população negra e indígena na sociedade. Torna-se notório que não há a existência do capitalismo sem o racismo, pois na perspectiva deste modo de produção, tem-se o racismo como fundamental para a manutenção do capital o que marca a relação indissociável entre as duas categorias (Menezes, 2010)

Em virtude desse contexto apresentamos o debate da formação social brasileira, com foco na colonização e suas expressões na sociedade hodierna. A partir do Brasil colônia, em conjunto com o capitalismo, se estrutura o racismo no país, por meio do trabalho escravizado são configuradas formas de controle das pessoas negras e indígenas em função da classe dominante e da igreja. O extermínio e a exploração dessas populações estruturou na sociedade brasileira o racismo enquanto fundamental para a vigência do capital. Identificar esses elementos como parte da necropolítica e da formação de uma sociedade excludente permite melhor compreensão das particularidades vivenciadas pelas pessoas racializadas.

Ao se pensar nessas relações, torna-se notório que o atual sistema de produção colabora na intensificação da exclusão da população negra nos trabalhos formais. A superexploração e a divisão racial do trabalho se tornam parte da vida das pessoas negras, o que eleva a desigualdade social e introduz o trabalho do Assistente Social no campo das expressões da “Questão Social”. Esses elementos devem estar intrínsecos à formação acadêmica para que sejam estudados os fatores que elevam o racismo no Brasil e como estabelecer formas de contribuição à luta dessas populações.

Ao longo do trabalho foram apresentadas as ementas curriculares da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que inserem de forma ainda limitada o debate sobre as relações étnico-raciais e por isso distanciam as particularidades das populações racializadas da formação acadêmica. Em função disso, percebe-se a necessidade de incluir novas bases teóricas que alinharam o debate dos fundamentos do Serviço Social, do capitalismo e das classes sociais ao racismo e suas funcionalidades.

Ao se ter na realidade social do Brasil uma grande parcela de pessoas desempregadas, em condições de situação de rua, de miséria, em trabalhos análogos a escravidão e em empregos informais, que estão situadas a isto por sua cor e pela funcionalidade do capital,

torna-se imprescindível que estudos voltados a esses fatores sejam originados em um curso como o Serviço Social, que irá atuar nas políticas públicas e sociais que assistem a essa população subalternizada pelo modo de produção.

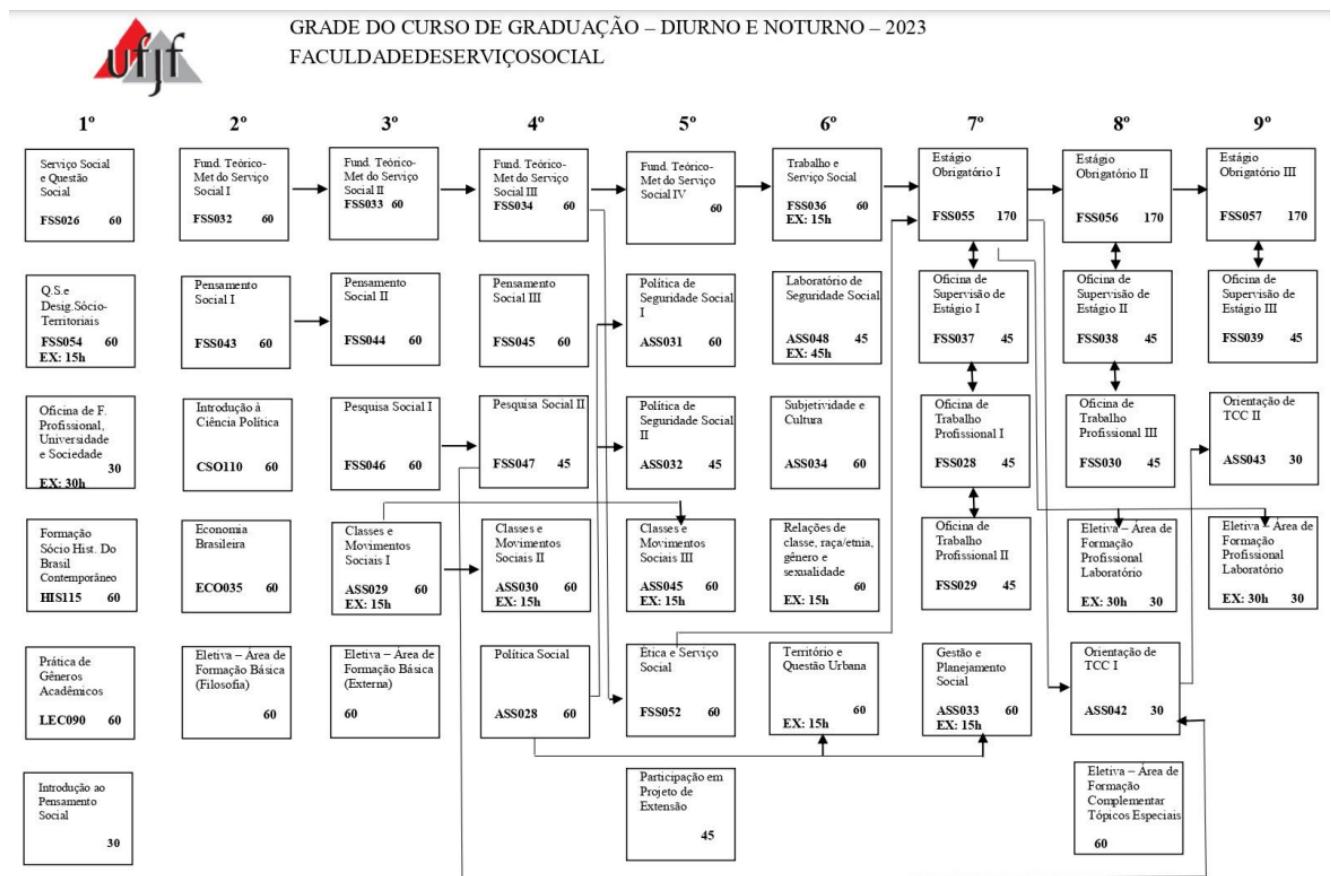
A composição das disciplinas obrigatórias permite que esse debate seja organizado pelo corpo docente, mas muitas vezes não exige de forma explícita que será introduzido os estudos sobre a questão racial. Conforme foi analisado, há avanços em ambas Universidades públicas em relação a estes estudos, haja vista que há a abertura de novas disciplinas que compõem essa área e enfatizam as relações étnico-raciais no curso. Pode-se dizer que esses avanços dão destaque ao movimento realizado pela categoria profissional e suas representações de incorporação do debate, resultado da luta e organização do movimento negro no interior da categoria.

É observado que ao se introduzir e trabalhar o debate acerca da “Questão Social” no Brasil, não há alternativas desse debate ser elaborado sem colocar em pauta a questão racial, pois elas estão articuladas e possuem um público em comum.

Nesse sentido, é preciso desenvolver a temática racial na formação em Serviço Social para que os futuros profissionais compreendam as relações existentes entre capital, “Questão Social” e racismo, enquanto indissociáveis. Assim, serão apreendidos os impactos do capitalismo sobre a população racializada e de forma mais qualitativa, serão compreendidos os cenários que intensificam e flexibilizam a precarização do trabalho, assim como marginalizam e absorvem a essa população as desigualdades sociais. Ainda assim, as lacunas devem ser trabalhadas de forma a melhorar a capacidade crítica da formação acadêmica, e trazer alternativas que evidenciem a contraposição da profissão ao racismo.

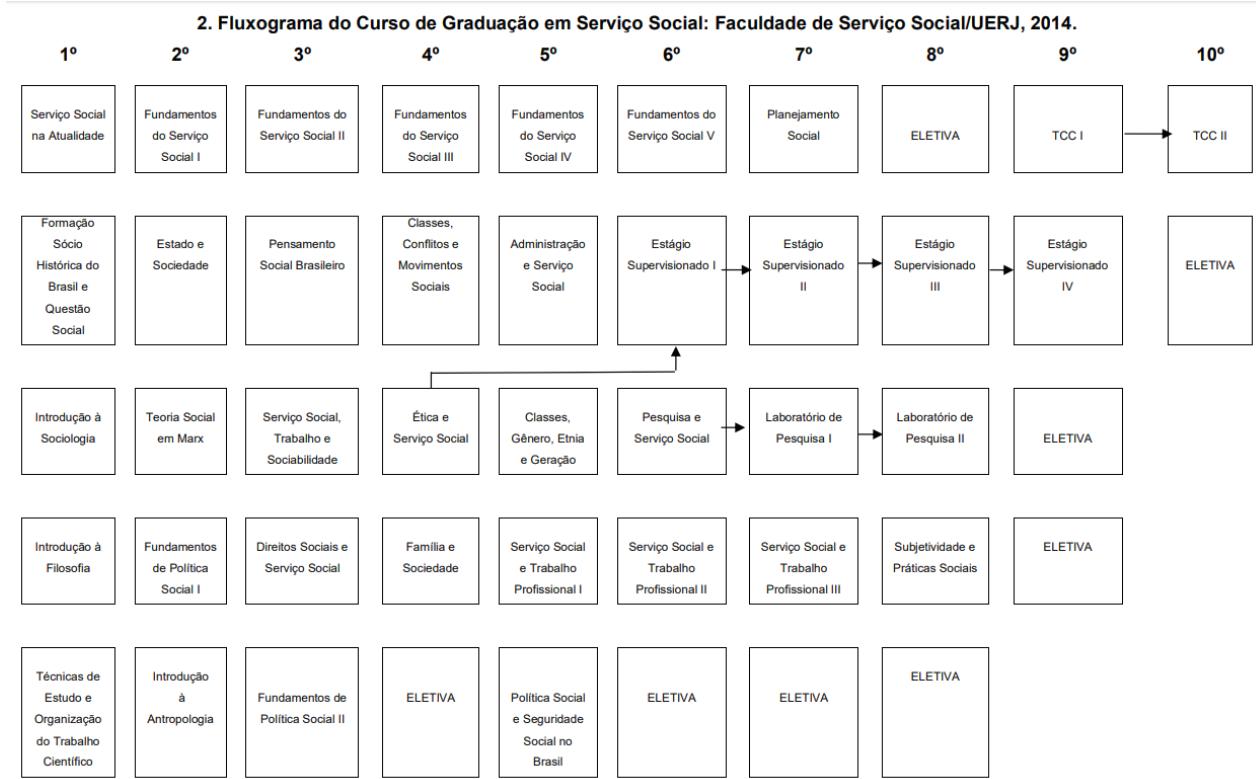
#### 4. ANEXOS

**Quadro 1:** Grade do curso de graduação diurno e noturno da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.



**Fonte:** Projeto Político-Pedagógico Faculdade de Serviço Social - UFJF, 2023.

**Quadro 15:** Fluxograma do Curso de Graduação em Serviço Social: Faculdade de Serviço Social/UERJ.



**Fonte:** Projeto de Currículo Pleno do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social - UERJ, 2014.

## 5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. - 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. Revista Katálysis, 25 (2), p. 212-221. 2022.  
<https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/?lang=pt#>
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Cadernos ABESS, n. 7, nov. São Paulo, Cortez, 1997.
- BRAZ, Marcelo. Diálogos do cotidiano – Assistente social Reflexões sobre o trabalho profissional. Brasília (DF): CFESS, caderno 2, 2022.  
[https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS\\_DialogosDoCotidiano-Caderno2-Final.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_DialogosDoCotidiano-Caderno2-Final.pdf)
- CFESS Perfil De Assistentes Sociais No Brasil: Formação, Condições De Trabalho E Exercício Profissional. Brasília (DF). 2022. Disponível em:  
<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>
- CFESS Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. Superexploração e racismo no Brasil - Diálogos e questões 1. ed. Curitiba: Appris. 2022.
- FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL Universidade Federal de Juiz de Fora. Projeto Político-Pedagógico. 2023. Disponível em:  
<https://www2.ufjf.br/facssocial/wp-content/uploads/sites/521/2022/05/Projeto-Pedag%C3%A3o-2023-Faculdade-de-Servi%C3%A7o-Social.pdf> Acesso em: 07/01/2025
- FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Projeto de Currículo Pleno Curso de Graduação FSS/UERJ. 2014. Disponível em:  
[http://www.graduass.uerj.br/pdfs/curriculo\\_novo\\_2014.pdf](http://www.graduass.uerj.br/pdfs/curriculo_novo_2014.pdf) Acesso em: 05/02/2025
- ELPIDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. Revista Katálysis, v.23 n.3: Política, Ciência e Mundo das redes. Universidade Federal do Espírito Santo. 2020.
- \_\_\_\_\_. Os fundamentos do serviço social e a questão racial étnico-racial In: ELPIDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo; ROCHA, Roseli (Orgs.). Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021, p. 73-97.

- FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1981.
- GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. Coordenação: Geledés - Instituto da Mulher Negra e Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Racismo institucional uma abordagem conceitual,** 2012. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em: agosto de 2024
- GONZALEZ, Lélia. 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-American: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social : direitos sociais e competências profissionais. Brasília (DF): CEAD; UnB, 2009
- \_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social IN: CFESS/ ABEPSS. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- \_\_\_\_\_. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_. Renovação e conservadorismo no Serviço Social Ensaio Crítico. São Paulo: Cortez, 1992.
- IAMAMOTO, M. V, CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das letras, 1ºed, 2019.
- MARX, K.; ENGELS, F. Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Limitada, 1963. p. 208-210.
- MARX, Karl. GRUNDRIFFE. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MBEMBE, Achille. - 1. ed. São Paulo, 2018.
- MENEZES, Franciane Cristina de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. Libertas: R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13 n. 1, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 21 ed. 2002. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO (MEC). Secretaria de Educação Superior - Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior - Comissão de

Especialistas de Ensino em Serviço Social. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social 1999. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf)  
MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. Afro-Ásia, Salvador, n. 14, 1983.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço Social e Questão Étnico-Racial: Apontamentos Históricos do Debate na Trajetória da Profissão. Sociedade em Debate; 27(1), 83-100. 2021. <https://doi.org/10.47208/sd.v27i1.2812>

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro : processo de um racismo mascarado. 1. ed. - São Paulo : Perspectiva, 2016.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético político do Serviço Social frente a crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS; CEAD; UNB, 1999.

PANKARARU, E. C. de A. S. Trabalho, Expropriação, Povos Indígenas no Brasil e a Lógica do Capital. *Temporalis*, 174–190. (2022)

PINTO, Elisabete Aparecida. O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Ciudad Autônoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: Avanços e desafios. Rio de Janeiro: 2014. 210 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - UFRJ.

SILVA FILHO, José B. O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

SANTOS, Ivair Augusto Alves. Direitos humanos e as práticas de racismo. Brasília, DF: Edições Câmara, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo. Editora Cortez, 2019.